



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO
INCUBADORA UNIVERSITÁRIA DE EMPREENDIMENTOS
ECONÔMICOS E SOLIDÁRIOS
ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS COM
ÊNFASE EM ECONOMIA SOLIDÁRIA NO SEMIÁRIDO PARAIBANO**

ADRIANA FARIAS DO NASCIMENTO

**ECONOMIA SOLIDÁRIA E EDUCAÇÃO DE SURDOS:
Estudo reflexivo com alunos surdos da EJA em Sumé – PB.**

**SUMÉ - PB
2017**

ADRIANA FARIAS DO NASCIMENTO

**ECONOMIA SOLIDÁRIA E EDUCAÇÃO DE SURDOS:
Estudo reflexivo com alunos surdos da EJA em Sumé – PB.**

**Monografia apresentada ao Curso de
Especialização em Jovens e Adultos com
Ênfase em Economia Solidária no
Semiárido Paraibano como requisito
parcial para obtenção do Título de
Especialista.**

**Orientadora: Professora Mestra Thelma Flaviana Rodrigues dos Santos.
Co-orientadora: Professora Dra. Shirley Barbosa das Neves Porto.**

**SUMÉ - PB
2017**

N244e Nascimento, Adriana Farias do.
Economia Solidária e educação de surdos: estudos reflexivos com alunos surdos da EJA Sumé - PB. / Adriana Farias do Nascimento. Sumé - PB: [s.n], 2017.

82 f.

Orientadora: Professora Mestra Thelma Flaviana Rodrigues dos Santos.

Monografia - Universidade Federal de Campina Grande; Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido; Curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos com ênfase em Economia Solidária no Semiárido Paraibano .

1. Educação de surdos. 2. Língua Brasileira de sinais. 3. Surdos – exclusão/inclusão. 4. Educação especial de surdos. Economia Solidária I. Título.


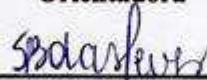
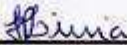

CDU: 376(043.1)

ADRIANA FARIAS DO NASCIMENTO

**ECONOMIA SOLIDÁRIA E EDUCAÇÃO DE SURDOS:
Estudo reflexivo com alunos surdos da EJA em Sumé – PB.**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Jovens e Adultos com Ênfase em Economia Solidária no Semiárido Paraibano como requisito parcial para obtenção do Título de Especialista.

BANCA EXAMINADORA:


Prof. (a). M^ª: Thelma Flaviana Rodrigues dos Santos
Orientadora

Prof. (a) Dr^ª. Shirley Barbosa das Neves Porto
(Co) Orientadora

Prof. (a). Dr^ª. Sc. Lenilde Mérgia Ribeiro Lima
Examinadora 1

Prof. (a). M^ª: Denise Maria Duarte Coutinho
Examinadora 2

Trabalho aprovado em: 31 de maio de 2017.

SUMÉ - PB

Dedico este trabalho aos sujeitos educacional e socialmente excluídos, com especial carinho aos surdos, jovens da EJA, e da Economia solidária que me motivaram na realização deste.

AGRADECIMENTOS

Em especial a Deus que, como autor da vida, me concedeu forças para conseguir realizar mais este objetivo. Senhor Deus, na pessoa do Pai, Filho e Espírito Santo, e a minha Nossa Senhora, obrigada! Porque sei que sempre estão presentes em minha vida, tanto nos momentos mais difíceis, como nas alegrias e conquistas.

Aos meus pais (Francisco e Eunice), e familiares (Zé, Ailton, Francina Gabriel e Verônica), o meu obrigada pelas orações em meu favor, por compreender-me, incentivar e ajudar. Sem o apoio de vocês jamais teria conseguido concluir esta etapa da minha vida.

À D. Maria, Ednalva e Yasmin obrigada, pois o apoio e carinho de vocês sempre foram imprescindíveis na conquista deste objetivo.

À minha Professora Orientadora, Thelma Flaviana Rodrigues dos Santos, que me compreendeu pacientemente nos momentos de dificuldades e que confiou em minhas ideias e me possibilitou análises, reflexões e construção do conhecimento, muito obrigada.

A Professora e co-orientadora do trabalho Shirley Barbosa das Neves Porto, que me conduziu para o encantamento e entusiasmo com os surdos, o meu carinho e agradecimento.

À Universidade Federal de Campina Grande juntamente com a Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários, agradeço por possibilitar a formação em um Curso voltado para o semiárido Paraibano, que viabilizou reflexões necessárias para aquisição e construção do conhecimento.

Aos professores da Especialização de EJA, com ênfase em Economia Solidária, que durante o curso estiveram ministrando suas disciplinas e incentivando-me na construção do conhecimento. Vocês contribuíram imensamente para a minha formação, o meu obrigada a todos.

Aos meus colegas de turma a minha gratidão. Em especial Auricélia, Gabrielly, Maurícia e Ana Maria, sempre serão lembradas com afeto.

Em nome de Cláudia, Cleuda e Jaceny companheiros de trabalho do Projovem Campo Saberes da Terra, agradeço o companheirismo de todo o grupo.

Aos professores da banca avaliadora o meu muito obrigada, pela disponibilidade de contribuir com sugestões que enriquecerão este trabalho.

E a todas as pessoas que de forma direta ou indireta contribuíram na realização deste objetivo, meu carinho e muito obrigada!

Solidariedade e companhia

*“Solidários, somos gente;
Solitários, somos peças.
De mãos dadas, somos força;
Desunidos, impotência.
Isolados, somos ilhas;
Juntos, somos continentes.
Inconscientes, somos massa;
Reflexivos, somos grupo.
Organizados, somos pessoas;
Sem organização, somos objetos de lucro.
Em equipe, ganhamos, libertamo-nos.
Individualmente, perdemos, continuamos
presos;
Participando, somos povo;
Marginalizados, somos rebanho.
Unidos, somos uma soma;
Na massa, somos número.
Dispersos, somos vozes no deserto;
Agrupados, fazemo-nos ouvir.
Amontoando palavras, perdemos o tempo;
Com ações concretas, construímos sempre”.*

(MANOEL PEIXOTO)

RESUMO

Este trabalho pesquisou a possibilidade de introdução dos princípios da Economia solidária na educação dos surdos da EJA, na Escola Presidente Vargas em Sumé/ PB. A pesquisa se efetivou de acordo com a abordagem qualitativa. Os instrumentos de coleta de dados foram a observação, o registro em caderno de campo e entrevista semiestruturada com os discentes surdos, professora e instrutor de Libras. O objetivo geral se propôs a investigar e analisar a viabilidade de aplicação dos princípios da Economia solidária na educação dos surdos da EJA, na Escola Presidente Vargas em Sumé, fazendo um breve recorte acerca da exclusão social oriunda do capitalismo e acerca da Economia solidária na EJA, como uma proposta de inserção social para pessoas surdas. Quanto aos objetivos específicos buscou-se investigar como se desenvolve o ensino e aprendizagem destinado aos alunos surdos da EJA da Escola Presidente Vargas; verificar as aproximações dos princípios da Economia solidária com as práticas educacionais e sociais dos surdos; analisar como os princípios da Economia solidária poderiam ser aplicados na educação dos alunos surdos da EJA da referida escola e compreender como a Economia solidária pode contribuir para a formação educacional e laboral dos alunos surdos da EJA. Os resultados apontaram a abordagem educacional bilíngue como aquela que melhor permite o desenvolvimento do educando surdo, pois tem a língua de sinais como mediadora no processo educacional e comunicativo. Como também se constatou que a Economia solidária pode ser uma alternativa viável no processo educativo e de inserção do surdo em uma atividade laboral.

Palavras chaves: Exclusão. Surdo. Língua de Sinais. EJA. Economia Solidária.

ABSTRACT

This work investigated the possibility of introducing the principles of the Solidarity Economy in the education of the deaf of the EJA, at the Presidente Vargas School in Sumé/PB. The research was carried out according to a qualitative approach. The data collection instruments were observation, field notebook recording, and semi-structured interview with deaf students, teacher and Libras (Brazilian sign language) instructor. The general aim was to investigate and analyze the feasibility of applying the Principles of Solidarity Economy in the education of the EJA deaf students, at the Presidente Vargas School in Sumé, making a brief cut about the social exclusion that comes from capitalism and about Solidarity Economy in the EJA, as a proposal of social insertion for deaf people. The Specific goals were to investigate how the teaching-learning process for EJA deaf students of the Presidente Vargas School develops; verifying the approximation of Solidarity Economy principles with the educational and social practices of the deaf; analyzing how the solidarity economy principles could be applied in the education of EJA deaf students of the discussed school and to understand how the Solidarity Economy can contribute to the educational and labor training of the EJA deaf students. The results pointed out to the bilingual educational approach as the one that best allows the development of the deaf student, since it has sign language as mediator in the educational and communicative process. Moreover, it was also verified that the Solidarity Economy can be a feasible alternative in the educational and insertion process of the deaf in a labor activity.

Keywords: Exclusion. Deaf. Sign language. EJA. Solidarity Economy.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ASL	Língua de Sinais Americana
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ES	Economia solidária
ILS	Intérprete de Língua de Sinais
INES	Instituto Nacional de Educação de surdos
LDB	Lei De Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais
LS	Língua de Sinais
MEC	Ministério da Educação
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
OCB	Organização das Cooperativas do Brasil
PB	Paraíba
PPP	Projeto Político Pedagógico
SIT	Secretária de Inspeção do Trabalho
UFCG	Universidade Federal de Campina Grande

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	14
2.1	DINÂMICA CAPITALISTA, EXCLUSÃO SOCIAL E A ALTERNATIVA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	14
2.2	A INSERÇÃO DO SURDO NA SOCIEDADE ATUAL.....	21
2.3	A ECONOMIA SOLIDÁRIA NA EJA: UMA PROPOSTA DE INSERÇÃO SOCIAL PARA PESSOAS SURDAS.....	29
3	APORTES METODOLÓGICOS APLICADOS NA PESQUISA.....	37
3.1	PROPOSTA METODOLÓGICA.....	37
3.2	DESCRIÇÃO DA INSTITUIÇÃO ESCOLAR.....	40
4	ANÁLISE DOS DADOS.....	42
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	64
	REFERÊNCIAS.....	66

APÊNDICE A: AUTORIZAÇÃO PARA COLETA DE INFORMAÇÕES

APÊNDICE B: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

APÊNDICE C: ROTEIRO DE CONDUÇÃO DA ENTREVISTA

APÊNDICE D: AUTORIZAÇÃO DE USO DE DADOS

APÊNDICE E: TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA

1 INTRODUÇÃO

Os surdos são sujeitos que ao longo da história, vivenciam a exclusão em seu cotidiano. Por serem sujeitos constituídos linguística e culturalmente de modo diferente dos ouvintes têm sofrido discriminações no âmbito educacional, social e cultural. Assim sendo, através de lutas, em movimentos organizados conhecidos como “movimento surdo”, têm buscado superar a condição de inferior, na qual foram postos. O estereótipo de fracassado atribuído aos sujeitos é decorrente de uma visão capitalista¹, que coloca o oprimido como responsável pelo seu fracasso na condição de assujeitado. No que se refere a esta visão capitalista Singer (2005, p.13-14) expõe:

O capitalismo caracteriza-se pela concentração da propriedade dos meios sociais de produção em poucas mãos. Essa concentração dá-se em consequência da lógica dos mercados competitivos, pela qual os ganhadores apoderam-se de parcelas crescentes do mercado e do capital total e os perdedores são expulsos do mercado e privados do capital que detinham. Em última análise, a livre competição leva a sua própria superação, ao ser substituída por modalidades monopólicas ou oligopólicas de competição.

Neste sentido, é recorrente a exclusão do surdo, quase que totalmente de todos os setores da sociedade. Dentre estes, a escola é um dos locais em que os surdos têm enfrentado situações de invisibilidade, tendo em vista que a língua de sinais (LS) foi reconhecida pela Lei 10.436, enquanto língua oficial da comunidade surda desde 2002, mas em algumas regiões deste imenso país pouco tem sido efetivamente posto em prática, frente ao tamanho da demanda, para a melhoria da qualidade educacional destes sujeitos.

Na mesma dimensão de superar situações excludentes, surge a Economia solidária (ES), uma proposta de alternativa de geração de trabalho e renda que coloca o indivíduo, de modo particular, como protagonista de um empreendimento coletivo, ou seja, todo o coletivo tem o direito de expor e defender sua opinião, em um diálogo que possibilita a construção do conhecimento.

Neste sentido, a ES vem valorizar o potencial de cada pessoa, partindo da solidariedade, preservando a sustentabilidade, além de respeitar os direitos humanos, tendo em vista que cada indivíduo é único, com particularidades, que na lógica do desenvolvimento capitalista, não são respeitadas, nem tão pouco valorizadas.

¹ O sistema capitalista atribui a responsabilidade do sucesso/fracasso dos sujeitos a sua realização individual sem considerar as diferenças individuais e sociais entre os sujeitos.

Então, no que se refere ao principal ponto em comum entre sujeitos surdos e a ES, é que a ES por trabalhar com vítimas de contextos sociais excludentes, seja no campo educacional, social ou cultural, viabiliza para o sujeito cooperado a valorização do protagonismo, seja surdo ou não, em busca de melhoria na qualidade de vida e bem comum.

Assim, partindo dos princípios da ES, tentou-se construir uma intersecção entre esta alternativa inovadora de geração de trabalho e inclusão social, com os sujeitos surdos que buscam autonomia no seu modo de vida: educacional, social, cultural e financeiro.

Pensar nos jovens e adultos surdos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) é refletir acerca da diversidade de sujeitos existentes na sociedade, porém estes indivíduos vivenciam no cotidiano da sala de aula um silenciamento e até mesmo apagamento desta diversidade, devido à falta de respeito e imposição a uma homogeneidade cultural e educacional, sendo negado a estes educandos o direito de serem diferentes. Corroborando com Freire, acreditamos que

Não é possível atuar em favor da igualdade, do respeito aos demais, do direito à voz, à participação, à reinvenção do mundo, num regime que negue a liberdade de trabalhar, de comer, de falar, de criticar, de ler, de discordar, de ir e vir, a liberdade de ser (FREIRE, 2002, p.193).

Diante destes insucessos educacionais, advém a preocupação para com a alfabetização dos jovens e adultos surdos, dentro da perspectiva de ES porque a história educacional e profissional destes sujeitos sempre os colocou à margem, não por incapacidade, mas por falta de um atendimento educacional específico para os surdos, como também de uma proposta profissional que viabilize a superação das situações de exclusão do mercado de trabalho. Pois como aponta Strobel (2008, p. 98):

A inclusão dos sujeitos surdos em mercado de trabalho depende das acessibilidades adaptadas às necessidades culturais dos mesmos com o local e nos relacionamentos de seus colegas. [...] Para a inclusão dos surdos nas empresas, o ideal seria a contratação dos serviços dos intérpretes e tradutores de língua de sinais para as reuniões, as palestras e os cursos de formações oferecidos.

As empresas no mercado formal nem sempre promovem acessibilidade aos surdos, ficando os mesmos inacessíveis as atividades laborais, vivenciando uma escassez de acesso ao trabalho e deparando-se com a indiferença e invisibilidade no campo do trabalho formal. Para mudar essa realidade, é necessária atenção para não colocar a diferença linguística dos surdos como impedimento para adentrar no exercício laboral, mas valorizar as peculiaridades que envolvem cada sujeito.

As experiências no campo acadêmico no curso de Licenciatura em Educação do Campo possibilitaram-me conhecer a educação de surdos e refletir acerca da educação

oferecida a estes sujeitos. Para isso, a vivência com a comunidade surda produziu na minha pessoa uma inquietação no que se refere à educação oferecida a estes indivíduos, por perceber que os surdos inseridos na escola regular e na EJA passam por dificuldades no processo de ensino e aprendizagem.

Assim sendo, para o campo acadêmico esta experiência dos surdos da EJA, com ES, seria uma prática inovadora, que possibilitaria a construção de um conhecimento válido para sujeitos que ainda vivem a margem da sociedade tanto no campo educacional, social, quanto do mercado de trabalho.

Diante das minhas experiências e do conhecimento sobre o panorama educacional vivenciado pelos surdos ao longo da história, surgiu a motivação para investigar e refletir a respeito da ES na educação dos alunos surdos da EJA, no município de Sumé- PB.

Neste sentido, o trabalho trouxe como objetivo geral analisar a viabilidade de aplicação dos princípios da ES na educação dos surdos da EJA, da Escola Presidente Vargas, em Sumé. Por conseguinte, os objetivos específicos centraram-se em: investigar como se desenvolve o ensino e aprendizagem destinados aos alunos surdos da EJA; verificar as aproximações dos princípios da ES com as práticas educacionais e sociais dos surdos; analisar como os princípios da ES poderiam ser aplicados na educação dos alunos surdos da EJA; compreender como a ES pode contribuir para a formação educacional e laboral dos alunos surdos da EJA, da Escola Presidente Vargas em Sumé.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 DINÂMICA CAPITALISTA, EXCLUSÃO SOCIAL E A ALTERNATIVA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

O sistema capitalista é um modo produção político-econômico que instaurou-se a partir do século XVIII. Muitos fatores contribuíram para a inserção deste modelo econômico em muitos países, dentre os quais, inicialmente, as grandes navegações, posteriormente, as revoluções industriais e tecnológicas. As transformações no modo de acumulação do capital e o desenvolvimento tecnológico na indústria fez com que a mão de obra humana fosse substituída pelas máquinas, o que viabilizou um crescimento econômico exitoso, com uma produção em grande escala, mas a mão de obra humana foi dispensada, gerando um grande número de desempregados. “O instrumento de trabalho, ao tomar a forma de máquina, logo se torna concorrente do próprio trabalhador”. (MARX, 2001, p. 491).

Pelo fato dos trabalhadores estarem inseridos em um sistema capitalista, a lógica é de venda da força do trabalho por um preço previamente estipulado pelo mercado que é estruturado dentro dos moldes capitalista, em que o trabalhador tem que ser eficiente dentro de várias funções e recebendo apenas por uma. Segundo Wolff, a lógica capitalista é produzir riqueza para a elite, com o esforço e exploração da classe trabalhadora.

A história do capitalismo é, antes de mais nada, a história do esforço da classe capitalista em controlar e disciplinar a classe trabalhadora, para que aceite desempenhar um trabalho, o mais diligente possível e que esses trabalhadores conformem-se com o fato de que os produtos desse trabalho sejam apropriados pelos capitalistas e apenas a eles gere riquezas (WOLFF, 2004, p.2).

Os sujeitos denominados de improdutivos, segundo a lógica do sistema capitalista, carregam consigo um negativismo, que os coloca como desprovidos financeiramente. O capitalismo gera crescimento econômico, no entanto paradoxalmente produz pobreza, desigualdade e exclusão, tendo em vista que o lucro financeiro concentra-se nas mãos das elites.

O Brasil, como todo país do mundo globalizado, vivência o paradigma capitalista, sistema esse que influencia o cotidiano e a vida de muitas pessoas, por configurar-se como um modelo que coloca as pessoas desprovidas financeiramente em situação de segregação social,

por apresentar uma lógica excludente, ou em condição de exploração. Diante este panorama Wood (2001, p. 12), define o capitalismo.

O capitalismo é um sistema em que os bens e serviços, inclusive as necessidades mais básicas da vida, são produzidos para fins de troca lucrativa; em que até a capacidade humana de trabalho é uma mercadoria à venda no mercado; e em que, como todos os agentes econômicos dependem do mercado, os requisitos da competição e da maximização do lucro são as regras fundamentais da vida. Por causa dessas regras, ele é um sistema singularmente voltado para o desenvolvimento das forças produtivas e o aumento da produtividade do trabalho através de recursos técnicos. Acima de tudo, é um sistema em que o grosso do trabalho da sociedade é feito por trabalhadores sem posses, obrigados a vender sua mão-de-obra por um salário, a fim de obter acesso aos meios de subsistência. No processo de atender às necessidades e desejos da sociedade, os trabalhadores também geram lucros para os que compram sua força de trabalho. Na verdade, a produção de bens e serviços está subordinada à produção do capital e do lucro capitalista.

Neste sentido, percebe-se o quão abrangente é a lógica capitalista, pois ela cria mecanismos de perpetuação da desigualdade social e exclusão, tendo em vista que os trabalhadores estão atrelados ao sistema capitalista para vender a força do trabalho e manter a subsistência. Nesse contexto de venda da força do trabalho para viver o mercado capitalista condiciona as pessoas para a concorrência, em que muitos sujeitos lutam por uma vaga no mercado formal de trabalho, e só ficam os que o mercado absorve como os “melhores”, segundo a lógica do próprio sistema, e os demais sujeitos ficam a mercê, sobrevivendo de forma precária.

A marca do capitalismo é a eliminação dos sujeitos, de espaços que não apresentem a lucratividade ao sistema, assim sendo, dentro da história do capitalismo, visualiza-se o próprio excluído se culpabilizando pelo seu fracasso, ignorando o sistema capitalista como responsável pelo seu insucesso. Como descreve Carvalho (2010, p.73):

Dentro do contexto histórico, as desigualdades sociais e a exclusão marcaram o período importante no capitalismo do século XX, e nos tempos atuais de globalização em que as pessoas ainda são reduzidas à condição de objeto, consideradas parte do processo apenas quando se encontram em perfeitas condições físicas e psicológicas. No contexto dos processos de produção capitalista produzem-se discriminações e preconceitos que marcam a sociedade do capital em que vivemos, uma vez que separam as pessoas produtivas das improdutivas.

No que se refere ao mercado formal de trabalho, este é um espaço que segrega sujeitos e produz desigualdades sociais, tendo em vista que as empresas privadas primam pela competitividade e o lucro financeiro, esse paradigma capitalista coloca o trabalhador em posição de exploração. Diante esta configuração Singer (2005, p.14) caracteriza a empresa capitalista:

A concentração do capital tem como contrapartida a formação de uma classe cada vez mais numerosa de 'perdedores', qual seja, de pessoas que não têm meios próprios

de produção e que se sustentam vendendo sua capacidade de trabalho aos capitalistas (ou ao Estado).

Os capitalistas dependem dos trabalhadores assalariados para que seus capitais produtivos sejam acionados e assim valorizados, assim como os assalariados dependem dos capitalistas (e do Estado) para ser empregados e poder ganhar o sustento próprio e de seus dependentes. Na empresa capitalista, todos os esforços dos trabalhadores dirigem-se a um mesmo fim, o de maximizar o lucro dos donos. Por isso, as relações de produção nesse tipo de empresa tendem a ser autoritárias e antagônicas.

A lógica capitalista promove a desigualdade social, pois a produção de riquezas concentra-se nas mãos do capitalista. Neste sistema o lucro deve ser conseguido a todo custo, mesmo que para isso tenha que explorar a mão de obra humana com salários baixos, muitas horas de trabalho seguidas, silenciamento perante as inadequações trabalhistas, pois o interesse da empresa privada é que o indivíduo execute o trabalho com agilidade e com qualidade. Para tanto esses trabalhadores precisam ser alienados e não ter desenvolvido autonomia e tão pouco a consciência crítica e reflexiva para não terem conhecimento acerca de seus direitos, enquanto cidadão-trabalhador.

Neste sentido, é necessário um movimento contra-hegemônico à lógica capitalista, que oprime os sujeitos no desenvolvimento da criticidade. Para Santos (2002, p. 25) “a afirmação fundamental do pensamento crítico consiste na asserção de que a realidade não se reduz ao que existe. A realidade é um campo de possibilidades em que tem cabimento alternativas que foram marginalizadas ou que sequer nem foram tentadas”.

Nesta perspectiva, o sistema capitalista aniquila os indivíduos que não apresentam o perfil de enriquecimento do mercado de trabalho do capital, pois, pela ideia de competitividade implementada pelo próprio sistema, que busca a acumulação de riqueza e a manutenção do paradigma, o indivíduo que não se adequa está fora do mercado. Por consequência, as potencialidades dos sujeitos no modelo capitalista são valorizadas pela classe dominante, que neste sentido vêm a beneficiar o próprio sistema, caso contrário, não apresenta valor para o desenvolvimento capitalista.

O distanciamento existente e considerado pelos defensores do ideário neoliberal como natural define que, apesar do investimento feito no desenvolvimento das potencialidades individuais, nem todos terão sucesso ao disputar uma vaga no mercado de trabalho, gerando desempregados e trabalhadores precarizados (FERNANDES, p.4).

A consequência do sistema capitalista para os indivíduos é a exclusão do campo laboral e consequentemente do social, pois o sistema proclama promover aos excluídos: inclusão. Porém, ficam alguns questionamentos: Incluir em que? Onde? Pra quê? A quem serve essa inclusão? Segundo Oliveira (2008, p. 72) “em tempos de políticas de inclusão

social em diferentes perspectivas, é ainda desafiador o quadro de exclusão a que estão submetidos milhares de jovens e adultos trabalhadores”.

É notório que dentro do modelo capitalista a competitividade é latente, na perspectiva de colocar um limite excludente entre os competentes e os incompetentes, haja vista que no mercado de trabalho os jovens sem experiência não têm oportunidade de trabalho pela falta de comprovação de competência para estar atuando em determinada função, mas também um indivíduo que apresenta idade avançada também é excluído por que já passou o tempo de sua alta produtividade. Portanto, a exclusão pode ser definida dentro de uma perspectiva de múltiplas carências e inacessibilidade dos sujeitos a uma experiência laboral justa e isenta de exploração. Nesta perspectiva Sheppard, (2006, *apud* BORBA e LIMA, 2011, p. 221), define exclusão a partir de grupos sociais:

Exclusão social significa grupos socialmente excluídos. Portanto, são aqueles que estão em situação de pobreza, desemprego e carências múltiplas associadas e que são privados de seus direitos como cidadãos, ou cujos laços sociais estão danificados ou quebrados.

A exclusão dos sujeitos do mercado de trabalho os inviabiliza de exercerem a manutenção de suas vidas pessoais e familiares, privando-os da dignidade humana de exercício da cidadania. Esta consequência foi enfatizada nos estudos de Cattani (2000, p. 69) que afirma:

Os indivíduos afetados recentemente pelo desemprego e pela precarização não estão submetidos às mesmas condições econômicas objetivas, não possuem a mesma identidade social e não têm práticas simbólicas e políticas homogêneas. São aqueles indivíduos que não dispõem de recursos para assegurar a sua própria sobrevivência, e cuja situação de precariedade e fragilidade penaliza, cada vez mais, suas chances de reinserção. Sinteticamente, aqueles que estão “à deriva”.

Portanto, as atividades laborais, por serem remuneradas, proporcionam aos sujeitos a sensação de dignidade, de ser úteis e legitimarem a sua existência. Tendo em vista que o trabalho assalariado cria a ilusão de que valoriza cidadão, enquanto sujeito independente de seus posicionamentos frente a religião, cultura, diferença de idade e etnia, pois o trabalho, neste sentido, também é garantia de segurança familiar. Catanni (2000, p.41) define o trabalho dentro de suas dualidades e representações.

O trabalho, como ato concreto, individual ou coletivo, é, por definição, uma experiência social. Opressão e emancipação, tortura e prazer, alienação e criação são suas dimensões ambivalentes, que não se limitam à jornada laboral, mas que repercutem sobre a totalidade da vida em sociedade.

Neste sentido, a ausência de trabalho, a pobreza e a exclusão social estão intimamente ligadas, pois a falta de trabalho ocasiona a pobreza e conseqüentemente a exclusão, uma vez

que os sujeitos ficam isolados no apagamento social. Nesta perspectiva Serrano (SD, p.04), descreve sobre as crises sofridas pela sociedade devido aos produtos resultantes do capitalismo:

Tais elementos hierarquizadores (desigualdade e exclusão), tem levado a sociedade contemporânea a viver crises, que podemos identificar como de ordem social, de ordem econômica, de ordem política; que se caracterizam: a) na ordem social, pela ausência de valores de solidariedade, nas relações centradas no individualismo, nos valores liberais que surgem como ideários e que se contrapõem aos valores coletivos, no aumento das desigualdades e pobreza, bem como na fragilização dos trabalhadores; b) na ordem econômica, pela acentuada exploração do trabalho pelo capital, nas crescentes mudanças das relações de mercado, na maior concentração de renda e na prioridade para o capital especulativo; c) na ordem política, pela minimização do estado e a falta de políticas públicas para diminuir as desigualdades sociais

Os sujeitos excluídos socialmente pelo sistema capitalista ficam à margem, para tanto, devem buscar meios que os permita sair da neutralidade e lutar para conseguir espaço na sociedade através de ações de empoderamento do pensamento crítico e ruptura com comportamentos que favorecem a manutenção do capitalismo. Assim sendo, os movimentos organizados tem buscado o bem comum dos grupos minoritários e favorecem uma ruptura com as situações que colocam a margem os sujeitos invisibilizados. Nesta perspectiva Freire (2005, p. 165) defende a união dos oprimidos para superar as ações de dominação.

Toda união dos oprimidos entre si, que já sendo ação, aponta outras ações, implica, cedo ou tarde, que percebendo eles o seu estado de despersonalização, descubram que, divididos serão sempre presas fáceis do dirigismo e da dominação. Unificados e organizados, porém, farão de sua debilidade força transformadora, com que poderão recriar o mundo, tornando-o mais humano.

Neste sentido, a organização coletiva dos sujeitos viabiliza a superação de conjunturas sociais de inacessibilidade aos indivíduos, de conquista de direitos, de respeito às diferenças, tendo em vista que o capitalismo centra-se na força do trabalho como mercadoria, privando os sujeitos de sua autonomia laboral. Somente um modo produção econômico que coloque os trabalhadores e patrões em mesma escala estrutural da sociedade, poderá sanar as dificuldades oriundas do sistema capitalista.

Em contrapartida e resposta ao modelo econômico do capitalismo que explorava os sujeitos nas atividades laborais fabris, em contextos de indignidade humana, surge na Inglaterra nas primeiras décadas do século XVIII, as primeiras iniciativas de cooperativismo, pelas ideias revolucionárias de Robert Owen, um filho de artesãos, um dos mais bem sucedidos industriais da Europa, de relevante prestígio social, que se afligia com as conjunturas de desemprego oriundas da I Revolução Industrial. Neste sentido, o modelo econômico proposto por Owen resgatou a dignidade dos trabalhadores, como também elevou

financeiramente a lucratividade dentro da empresa, como aborda Singer (2002, p. 25), “O tratamento generoso que Owen dava aos assalariados resultou em maior produtividade do trabalho, o que tornou sua empresa bastante lucrativa, apesar de gastar mais com a folha de pagamento”. O bem estar dos trabalhadores possibilitou que os mesmos tivessem uma maior rentabilidade financeira, tanto quanto a empresa; como também viver de forma digna o exercício da cidadania, tendo em vista que eram respeitados em sua dignidade.

Na década de 1840, um grupo de 28 trabalhadores fundaram formalmente em Rochdale, cidade localizada a noroeste da Inglaterra uma cooperativa de consumo, essa associação era baseada nos princípios cooperativistas de Owen. A cooperativa tornou-se exitosa com resultados satisfatórios, tendo em vista que se expandiu para muitos outros locais. Segundo Gallo *et al* (SD, p. 47) “Os seus fundadores ficaram conhecidos como os ‘Pioneiros de Rochdale’ e criaram diversas outras cooperativas de produção, como a de fiação, tecelagem, habitação etc”. Essa cooperativa alcançou êxito devido que o interesse do grupo era a compra dos produtos diretamente do produtor, e alcançar melhores preços de compra, como também de venda para o consumidor, retirando a figura do intermediador.

Por isso, como resposta a exclusão laboral dos trabalhadores, surgiu à formação dessa nova dinâmica de organização dos trabalhadores por meio do cooperativismo, que é um sistema autogestionário; neste sentido as cooperativas se subdividem e podem ser classificadas de acordo com os ramos em que operam. A Organização das Cooperativas do Brasil (OCB) considera a divisão das cooperativas por ramos: agropecuário, consumo, crédito, educacional, especial, infra-estrutura, habitacional, mineral, produção, saúde, trabalho, turismo e lazer, transporte (cargas e passageiros). Mas em virtude da proposta do trabalho nos deteremos apenas às cooperativas de consumo, crédito e produção.

No que se refere à cooperativa de produção consiste em um sistema que os trabalhadores produzem, trabalham e dividem o lucro, nesse sistema o lucro, ou seja, o excedente é investido dentro da própria cooperativa ou empresa, desde que seja essa uma decisão comum a todos os associados. A cooperativa de produção ocorre comumente quando alguma empresa decreta falência e os funcionários para manter os postos de trabalho assumem a empresa, dividindo as atividades de trabalho e os rendimentos financeiros.

Sobre a cooperativa de consumo, Singer (2002, p.02) afirma que “a cooperativa de consumo, que é possuída pelos que consomem seus produtos ou serviços. A finalidade dela é proporcionar a máxima satisfação ao menor custo aos cooperadores”. Portanto a cooperativa de consumo é o exercício do comércio por um preço justo, tirando o superfaturamento dos intermediadores que é comum no mercado capitalista.

Já as cooperativas de crédito destinam-se a ser um auxílio financeiro para os associados, ou seja, estes mesmos indivíduos depositam valores para que venham suprir as necessidades em momentos de crise financeira. Estes depósitos formam um crédito rotativo que vem subsidiar aos cooperados, enquanto associados e depositantes. Como descreve Pagnussatt (2004, p.13)

Cooperativas de crédito são sociedades de pessoas, constituídas com o objetivo de prestar serviços financeiros aos seus associados, na forma de ajuda mútua, baseada em valores como igualdade, equidade, solidariedade, democracia e responsabilidade social. Além de prestação de serviços comuns, visam diminuir desigualdades sociais, facilitar o acesso aos serviços financeiros, difundir o espírito de cooperação e estimular a união de todos em prol do bem-estar comum.

A cooperativa de crédito possibilita que os associados possam viver de forma digna, humana e solidária, saiam das situações de miserabilidade a que são postos quando contraem empréstimos em bancos públicos ou privados, com altos juros.

No Brasil, a Economia solidária ressurge na década de 1990, retomando as práticas cooperativistas como instrumento alternativo ao sistema capitalista, visando a transformação social. Tendo em vista que nos anos 90 o Brasil vivenciava uma grande crise de emprego e precarização dos postos de trabalho formal, este decréscimo no mercado de trabalho viabilizou inovadoras formas de geração de trabalho e rendimentos financeiros.

Nesse período surgiram um elevado número de associações, cooperativas, recuperação de empresas falidas, empresas de pequeno porte e autônomas, que praticavam o princípio da autogestão e também da emancipação dos sujeitos, tendo em vista que mediante esta conjuntura, buscavam meios de resistência e inserção no mercado de trabalho, através de iniciativas baseadas na solidariedade, igualdade de direitos, autogestão e democracia. Portanto estes trabalhadores organizados difundiram essa nova economia, que veio contrapor ao modelo econômico capitalista. Como destaca Singer (2002, p.127)

A construção dum modo de produção alternativo ao capitalismo no Brasil ainda está no começo, mas passos cruciais já foram dados, etapas vitais foram vencidas. Suas dimensões ainda são modestas diante do tamanho do país e de sua população. Mesmo assim, não há como olvidar que dezenas de milhares já se libertaram pela solidariedade. O resgate da dignidade humana, do auto-respeito e da cidadania destas mulheres e destes homens já justifica todo esforço investido na economia solidária. É por isso que ela desperta entusiasmo.

A proposta da ES possibilitou a muitos sujeitos não apenas um rendimento financeiro e atividade laboral, mas também a emancipação tendo em vista que viviam presos a valores capitalistas, e a lógica da ES resgata os valores, dignidade e a preservação humana.

2.2 A INSERÇÃO DO SURDO NA SOCIEDADE ATUAL

Os surdos, desde os primórdios, vivenciaram estereótipos que, permanecendo imbricados na história e na contemporaneidade, ainda se constituem como um ranço de negativismo direcionado a estas pessoas. Na fase da história relacionada a Idade Antiga, no Egito e Pérsia, os surdos eram pessoas tidas como seres divinos, que se comunicava com os deuses, porém tinham uma vida ociosa e sem nenhuma formação educacional. Nessa mesma fase histórica, entre os gregos e romanos, as pessoas surdas, como também os demais deficientes, eram caracterizados como anormais e incapazes de gerir a própria vida. Mediante este cenário social os surdos eram pessoas invisibilizadas, tendo em vista que a sociedade os excluía para não ser contaminada (STROBEL, 2009). Algumas sociedades permitam extermínio de crianças com má formação ou “anormais” para preservar a ordem da sociedade hegemônica, pura e saudável, conforme expõe Misés (1977).

Nós matamos os cães danados e touros ferozes, degolamos ovelhas doentes, asfixiamos recém nascidos mal constituídos; mesmo as crianças se forem débeis ou anormais, nos as afogamos, não se trata de ódio, mas da razão que nos convida a separar das partes sãs aquelas que podem corrompê-las. (*apud* STOBÁUS; MOSQUERA, 2003, p. 16).

Na Idade Média, os surdos eram impedidos de constituírem família, pois, devido à ausência da oralidade, não podiam realizar o sacramento do matrimônio, fato esse que perdurou por muito tempo, e ocasionou maior isolamento social aos surdos. Já na Idade Moderna vislumbrou-se a possibilidade dos surdos desenvolverem o processo de leitura e escrita, graças aos estudos do médico italiano Girolamo Cardano (1501-1576) que acreditava que os surdos deveriam ter a oportunidade de estudar, por ter comprovado que não havia relação entre as cordas vocais e o pensamento. Estudos mostram que o mesmo preparou direcionamentos de ensino, entretanto não aplicou (MOURA 2000).

Consta na história que a educação formal dos surdos foi introduzida com o monge beneditino Pedro Ponce de Leon (1520-1584), que desempenhou um trabalho de grande relevância na formação educacional dos surdos, visto que os estudos nos mostram que foi Ponce de Leon o pioneiro na educação de surdos. O monge beneditino endossava que os surdos precisariam aprender a ler, escrever, contar e falar oralmente, tendo em vista que a oralização era exclusiva forma de comunicação conhecida na época. O trabalho de ensino com os surdos da família Velasquéz, realizado por Ponce de Leon, serviu de fundamento para

outros estudiosos e educadores de surdos do período, após a divulgação do método feita por Pablo Bonet.

Segundo os estudos de Moura (2000), um avanço relacionado à educação dos surdos ocorreu devido a ação do educador e defensor da comunicação sinalizada o Abbé Michel de L'Épée (1712-1789), que em virtude de aspectos ligados a religiosidade desenvolveu seu trabalho com larga influência, visto que desempenhou uma experiência exitosa com a LS e fundou a primeira instituição educacional para surdos que conseguiu cooperação do poder público em 1775. A escola promovia atendimento educacional a todos que necessitavam ser escolarizados. E contribuiu com a formação de muitos educadores da época, dando continuidade ao trabalho iniciado Abbé Michel de L'Épée até a proibição da comunicação sinalizada.

Entre incipientes avanços e retrocessos, continuou a educação de surdos por muito tempo, porém em 1880, um marco negativo na história dos surdos deixou resquícios que ainda permanecem na atualidade. Em 1880 aconteceu o Congresso de Milão, na Itália, evento que contou com a presença de representantes de vários países, e tinha o objetivo de discutir a educação de surdos e a LS. Neste sentido, a pauta principal do congresso não era enaltecer a língua de sinais, mas sim desprestigiar e depreciar a língua nativa dos surdos. Assim sendo, ficou instituída a proibição do uso da LS, pois acreditavam ser o oralismo superior para formação da criança surda. Os estudos de Strobel (2008,), destacam a influência do poder ouvintista em relação aos surdos ao longo da história, assim, ela afirma que “Ao longo dos séculos na história dos surdos, o poder ouvintista tende a impor sua cultura ouvinte sobre os demais povos surdos debaixo de sua área de influência, resultando desta mescla os conflitos de representações e de identidades surdas” (p. 96).

No Congresso de Milão ficou definido a preferência de uso do método oral puro na formação educacional dos surdos. Esta proposta desconsiderava qualquer relevância da LS, haja visto que a avaliavam como prejudicial para a oralização. O evento contou com a participação de um único professor surdo, que foi destituído do direito a voz e voto. Assim sendo, o educador foi coibido do direito de expressar seu ponto de vista contra o oralismo. Mediante este direcionamento do encontro no que se refere educação, participação social e cidadã, o Congresso de Milão inviabilizou o modo de vida do surdo e o deixou segregado e relegado à exclusão educacional e social. Assim, o evento que enfatizava a educação de surdos ignorou o desenvolvimento educacional e social ocorrido com os surdos a partir do uso da sinalização e estabeleceu a língua oral como modo de comunicação vigente e

desenvolvimento para os surdos e o oralismo como único modelo educacional a ser utilizado pelas escolas para surdos (MOURA, 2000).

A concepção oralista vigente na nossa sociedade desde o congresso de Milão dificultou a vida dos surdos, pois a negação da perspectiva visual com a LS colocou os surdos como incapazes e incompetentes, tendo em vista que não possibilita um desenvolvimento satisfatório. Neste sentido, como a concepção oralista não atende as necessidades linguísticas, educacionais e sociais, o surdo passou a ser visto como deficiente, por não conseguir comunicar-se pelo modo oral auditivo.

Apesar da opressão sofrida pelos surdos ao longo da história para não deixar a LS frutificar e progredir, a força da comunidade surda não deixou a LS morrer. Neste sentido Strobrel enfatiza a transmissão LS de geração em geração pela comunidade surda:

A língua de sinais é transmitida nas comunidades surdas e, apesar de por muito tempo na história dos surdos ter sofrido a repressão exercida pelo oralismo, a língua de sinais não foi extinta e continuou a ser transmitida, de geração em geração, pelo povo surdo com muita força e garra (STROBEL, 2008, p.46).

Os estudos realizados na década de 1960, por Willian Stokoe, estudioso das línguas de sinais, investigou os parâmetros de formação da Língua Americana de Sinais (ASL)². O pesquisador possibilitou que as línguas de sinais adquirissem *status* de língua na comunidade acadêmica e, posteriormente, no contexto social, trazendo novas perspectivas para estudiosos da área, como também para os próprios surdos que almejavam por um novo cenário linguístico e educacional, tendo em vista as supressões sofridas no decorrer da vida (MOURA, 2000).

No Brasil, a primeira instituição destinada à educação de surdos foi implantada no Rio de Janeiro, em 1857. Denominado a princípio de Imperial Instituto de Surdos - Mudos, obteve posteriormente várias nomenclaturas. Cem anos após sua data de fundação passou a chamar-se Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) e permanece com este nome até os dias atuais. Foi fundado por iniciativa de D. Pedro II, que solicitou ao ministro francês a vinda de um professor surdo. A partir deste requerimento veio ao Brasil o surdo francês E. Huet³, que iniciou as atividades com apenas dois surdos, pela falta de conhecimento e confiança das famílias em entregar seus filhos para um forasteiro (NASCIMENTO, 2014).

² Os Parâmetros Formacionais dos Sinais composto pela configuração de mão (CM), ponto de articulação (PA) e movimento (M) constituem o nível fonológico das línguas de sinais, nível das unidades mínimas sem significado existente em todas as línguas orais e que combinadas formam unidades de maior complexidade, mas não perceptíveis nas línguas de sinais até a descoberta de Stokoe. Posteriormente, outros linguistas acrescentaram os parâmetros *orientação da palma da mão* (O) e *expressões faciais* (EF) (GESSER, 2009)

³ Em alguns livros podemos encontrar o nome de Edward Huet, enquanto em outros, Ernest Huet, e para não cometer equívocos optamos por nomear apenas de E. Huet.

O INES, além dos objetivos educacionais, apresentava uma preocupação no que se refere ao mercado de trabalho, em que os surdos deveriam ocupar o seu espaço. Para tanto, oferecia formação profissional com cursos que os possibilitava aprender um ofício e adentrar nas atividades laborais.

A história educacional e profissional dos surdos remete-se para sucessivas exclusões destes sujeitos, sejam individualmente ou como grupo, pois ser surdo ainda está ligado aos aspectos de deficiência ou incapacidade. Neste sentido, os estudos de Bechtold e Weiss (2003, p. 2) caracterizam os sujeitos com deficiência como sendo:

[...] aquela que apresenta em caráter temporário ou permanente, significativas diferenças físicas, sensoriais ou intelectuais, decorrentes de fatores inatos ou adquiridos, que acarretam dificuldades em sua interação com o meio social, necessitando por isso, de recursos especializados para desenvolver seu potencial e superar ou minimizar suas dificuldades.

No entanto, a perspectiva cultural de compreensão dos surdos vai além do aspecto biológico de categorização desses sujeitos e propõe que estes sejam compreendidos por serem constituídos linguisticamente diferentes dos ouvintes, pois sua língua é viso-espacial no que se refere ao processo comunicativo. As pessoas nessa condição ainda são vistas como deficientes, sendo ignorado que a condição diferenciadora do ser humano é a linguagem, acessada pelos surdos pela visão e não pela audição. Acontece que essa diferença ainda é vista como limitante e desviante pela sociedade, esse tipo de preconceito tem dificultado a inserção do surdo no campo educacional, no mercado de trabalho e na sociedade como um todo. Segundo os estudos de Ferreira (2005, p. 147).

As atitudes excludentes têm suas raízes na história dos conceitos que definem as práticas da educação especial dentro de uma tendência médica que nos leva à aproximação do estudo e do tratamento de uma série de incapacitações com um fato decorrente meramente do aspecto orgânico, pouco ou nada visto numa perspectiva social.

O ponto de vista que coloca a pessoa surda como detentora de incapacidade física, corroborou para que fosse cristalizada ideia de que o surdo precisava ter sua imperfeição corrigida através de um tratamento médico para ter a capacidade de adentrar ao processo de escolarização, conseqüentemente ao mercado de trabalho e vida social. Porém, essas ideias não frutificaram positivamente para os surdos, ocasionando equivocadas ações de exclusão.

O discurso patológico da surdez ainda faz parte da contemporaneidade, no entanto os estudos realizados pela linguística e educação possibilitaram que avanços ocorressem no sentido que a surdez passasse a ser vista dentro da perspectiva cultural, numa visão antropológica da surdez. Nesse contexto teórico, em que os surdos vivenciam uma cultura

visual, diferente dos ouvintes, os estudos de Soares (1999), apontam a LS como meio de realização dos surdos.

[...] a mudança de concepção da visão clínico-terapêutica para perspectiva sócio-antropológica da surdez possibilitará a constituição da subjetividade do sujeito surdo por meio de experiências cognitivas mediadas por formas alternativas de comunicação simbólica, que, por sua vez, encontram na língua de sinais seus principais meios de concretização (p. 13).

Os surdos atualmente ainda encontram muitos espaços no campo educacional, laboral e social fechados, porém a resistência da comunidade surda que milita pela LS como sua grande causa tem oportunizado mudanças que vêm promovendo um enfrentamento com estas conjunturas. A organização dos surdos em grupo, denominada de comunidades possibilitou que os surdos conseguissem visualizar-se por meio da LS como pares, por isso partilha de conhecimentos de suas idiossincrasias. Assim sendo, Strobel (2008) descreve a inserção dos indivíduos em comunidades:

Neste conceito de inclusão dos sujeitos em uma comunidade é entendida a partir de uma perspectiva de influência mútua entre todos os sujeitos envolvidos dentro de uma localização particular, tendo um compartilhamento efetivo do saber onde todos aprendem juntos no mesmo espaço (p.32).

No tocante a esta vivência em comunidade, no entanto tem uma questão grave que o fato de nem todas as cidades disporem de surdos organizados em comunidades e associações, como enfatiza Strobel:

Tem outros sujeitos surdos no interior, na zona rural (...), que são solados e não tem contato com a comunidade surda, mesmo assim compartilham das mesmas peculiaridades, ou seja, constrói sua formação de mundo através do artefato cultural visual independente do grau linguístico, que podem ser os gestos caseiros. *(pois a língua de sinais, apesar de a língua oficial dos surdos desde 2002, ainda não está presente na vida de todos os surdos, devido à inacessibilidade dos mesmos a ela,* (STROBEL, 2008, p.32, Grifo do autor).

Os surdos, quando assumem a identidade de surdo e estão organizados em comunidade surda, lutam por seus direitos: linguísticos, educacionais, culturais, sociais e políticos. A comunidade surda como grupo politicamente organizado, pode apresentar um líder, que é referência para os integrantes e mobiliza o grupo para a reivindicação de seus direitos. Nesse contexto os surdos, por meio do diálogo em LS, repassam informações, constroem conhecimentos, promovem aprendizados e disseminam aspectos culturais do grupo surdo, pois a “(...) formação de identidades surdas é constituída a partir de comportamentos transmitidos coletivamente pelo ‘povo surdo’, que ocorre espontaneamente (...) nas comunidades surdas” (STROBEL, 2008, p. 33). Por estas razões, como os surdos vivem em comunidade surda, que não tem um superior, mas vivenciam a troca e o compartilhamento de

ideias, a presença de um líder na comunidade é importante para realização de ações, como também pela necessidade, de uma referência para os demais surdos do grupo.

Ao tratar da importância do contato dos surdos com seus pares, Strobel (2008, p. 45), destaca a relevância da interação entre crianças surdas com adultos surdos, uma vez que, como humanos, nos constituímos a partir de modelos de identidade:

Os sujeitos surdos que tem acesso à língua de sinais e participação da comunidade surda tem maior segurança, auto-estima e identidade sadia. Por isto é importante que as crianças surdas convivam com pessoas surdas adultas em quem se identificarem e ter acesso às informações e conhecimentos no seu cotidiano.

Os movimentos surdos lutam para que os surdos tenham suas diferenças respeitadas para o exercício da cidadania, e almejam um processo de escolarização que contemple suas especificidades linguísticas e educacionais em um processo de inclusão que tenha a premissa nos interesse dos surdos advindos de sua condição, como sugere Quadros (2006, p.156)

Os movimentos surdos clamam por inclusão em uma outra perspectiva. Nota-se que eles entendem a inclusão como garantia dos direitos de terem acesso à educação de fato, consolidada em princípios pedagógicos que estejam adequados aos surdos. As proposições ultrapassam as questões linguísticas, incluindo aspectos sociais, culturais, políticos e educacionais.

A educação dos surdos tem sido posta em discussão, pois a legislação nacional balizada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96) estabelece no capítulo V, Art.58 que a educação dos alunos com “necessidades educacionais especiais” deve acontecer preferencialmente na rede regular de ensino, haja vista que dentro desta perspectiva estariam estes indivíduos com deficiência inseridos no sistema educacional brasileiro. Para Lacerda (2011), o sistema educacional inclusivo apresenta dificuldades na realização das práticas educativas, pois não contempla satisfatoriamente o processo educacional dos surdos.

A perspectiva da educação inclusiva é reconhecida nos documentos oficiais como uma concepção conceitual transformadora, mas reconhece-se que as práticas educacionais implementadas em geral não alcançam o objetivo de levar a escola comum a assumir o desafio de atender as necessidades educacionais de todos os alunos (p.11).

A inclusão apregoada, no entanto, não acontece na educação dos surdos, pois, no plano da acessibilidade linguística, as escolas regulares, em sua grande maioria, não estão preparadas para receber estes alunos, os educadores não fazem uso e até mesmo desconhecessem a LS, a presença de intérpretes na sala de aula é rudimentar e até mesmo inexistente, prevalecendo no contexto escolar, além de um desconhecimento geral das especificidades do surdo, uma cristalização da visão do surdo como deficiente, advinda da

visão oralista que não permite ao aluno surdo desenvolver satisfatoriamente a leitura e escrita e ao final do Ensino Médio ser minimamente letrado (NASCIMENTO, 2014).

No que concerne às dificuldades encontradas pelos surdos no campo educacional, as marcas da oralidade em sala de aula inviabiliza o processo de aprendizagem dos surdos e os coloca à margem do desenvolvimento educacional, pois as pessoas com surdez, enquanto sujeitos visuais dependem de metodologias de ensino e aprendizagem que contemplem seus aspectos viso-espaciais caso contrário os surdos estarão relegados ao fracasso escolar. Como aponta Fernandes (2006, p. 3).

O contexto educacional está organizado de forma que todas as interações são realizadas pela oralidade, o que coloca os alunos surdos em extrema desvantagem nas relações de saberes instaurados em sala de aula, relegando-os a ocupar o eterno 'lugar' do desconhecimento, do erro, da ignorância, da ineficiência, do eternizado não-saber nas práticas linguísticas.

Corroborando com estes estudos Dorziat (2011, p.49) acrescenta que “[...] podemos observar que a escola não só continua valorizando a percepção oral auditiva, como também continua construindo discursos de fracasso a partir do outro”. Este tipo de estereótipo de fracassado é uma visão opressora que coloca os surdos como incapacitado, por não desenvolver-se no modo oral. Assim sendo, a aquisição do conhecimento por parte dos surdos depende do que é construído juntamente com eles dentro da perspectiva visual.

No âmbito do exercício das atividades laborais estas também se constituem como um direito, porém ainda é restrito o espaço de trabalho para os surdos, pois a surdez ainda está associada a deficiência, sendo negado aos surdos oportunidades para demonstrar suas competências e eficiências específicas. Como enfatiza Klein (2009, p.44) “os discursos que falam do surdo trabalhador encontram-se emergidos na deficiência. A preocupação com o trabalho esteve sempre associada com a possibilidade de independência, de autonomia das pessoas surdas”. Neste sentido, os surdos estão sendo impedidos de demonstrar suas potencialidades laborais.

Aliar o processo de escolarização dos surdos com o incentivo ao desenvolvimento crítico-reflexivo permite que os mesmos possam sistematizar reflexivamente a sua conjuntura no processo educacional, laboral e social. A afirmação de Behrens (2006, p. 45) enfatiza a relevância do desenvolvimento da autonomia dos surdos:

A necessidade de oferecer uma aprendizagem que leve a autonomia pessoal, ao espírito crítico-reflexivo, a formação de valores éticos e solidários, pressupõe processo que propicie envolvimento e responsabilidade no sentido de buscar atitudes baseadas na democracia e participação.

Portanto os surdos precisam ser apresentados a alternativas laborais que lhes possibilite o seu desenvolvimento, como também a possibilidade de mostrar as capacidades que dispõem, independente de se constituir como sujeito visual. Para tanto, o cenário educacional destinado aos surdos deve contemplar suas particularidades sem discriminar nem subjugar de forma inferior, mas respeitar sua condição cultural.

2.3 A ECONOMIA SOLIDÁRIA NA EJA: UMA PROPOSTA DE INSERÇÃO SOCIAL PARA PESSOAS SURDAS

A escola é um espaço que tem a função de contribuir com a formação dos sujeitos de maneira digna e construtiva, com ações pautadas no desenvolvimento do conhecimento, construção de saberes e formação cidadã para, assim, possibilitar-lhe inserir-se na sociedade com plena participação.

Há de se considerar que nem todos os educandos conseguem ser bem sucedidos no campo educacional sem que haja distorção idade-série, pois por diversas razões a instituição escolar não produz o sentido de permanência para sua conclusão eficiente, tampouco no mercado de trabalho, é possível mostrar competências mais elaboradas sem que estas estejam atreladas às certificações de conclusão de escolaridade. Assim, mesmo existindo no discurso dos gestores a igualdade de oportunidades, a permanência eficiente e produtiva no cenário educacional e profissional acaba sendo privilégio de alguns, enquanto outros ficam à margem da educação e, conseqüentemente, de conquistas profissionais. Uma das razões deste fracasso está situada na dimensão do não reconhecimento da diversidade presente na sala de aula e no mercado de trabalho.

O perfil dos educandos que fazem parte do público da EJA são os sujeitos que “não tiveram acesso à educação na idade própria” (BRASIL, 1996). Neste sentido, estes sujeitos por alguma razão tiveram que ausentar-se do espaço escolar na fase de criança e adolescência, e em consequência dificulta a inserção destes sujeitos no mercado de trabalho na fase adulta. Em decorrência dessa conjuntura de inacessibilidade ao trabalho formal, muitos jovens e adultos buscam por uma formação educacional para adentrar no mercado profissional. E diante desta realidade reconduzem-se ao espaço escolar para superar as dificuldades vivenciadas e conseguir lograr êxito profissionalmente.

No tocante a formação educacional dos jovens e adultos por meio da EJA, esta é uma modalidade educacional assegurada na Lei 9394/96 e compreende a formação do indivíduo no

aspecto da escolarização formal, de acordo com as especificidades destes indivíduos (pelo menos em tese). A EJA considera os mais variados espaços de aprendizagem, portanto, essa modalidade educacional é mais que uma educação compensatória, é uma educação pautada na formação cidadã e social do indivíduo. Conforme Ireland, Machado e Costa Ireland (2005, p. 96).

A EJA, como um processo de construção de cidadania consciente e ativa, a partir do respeito pela diversidade e pela especificidade dos indivíduos, associa-se, então ao combate a todas formas de exclusão. Isso implica em criar instrumentos e políticas que conduzam ou reconduzam para os sistemas educativos jovens e adultos que dele se distanciaram, resgatando múltiplas formas e espaços de aprendizagem de modo a ampliar o acesso e aumentar a probabilidade suas permanências nos sistemas de ensino - que, para tal, necessitariam ter práticas e valores aprimorados.

Diante deste contexto de formação educacional e empregabilidade dos jovens e adultos, ainda é precário a acessibilidade destes sujeitos a práticas que oportunizem desvelar as situações de exclusão e negação dos direitos. Tendo em vista que as iniciativas formativas ainda estão distantes de ações (re)significativas do conhecimento, que tanto poderiam ser vivenciadas na ação educacional quanto no mercado de trabalho, como aponta Gentili (*apud* BERNARDIM, 2007, p. 40):

Nenhum conceito de empregabilidade pode ser democrático ou emancipador se não reconhece o campo do trabalho como uma esfera de exercício de direitos sociais. Não apenas o direito a um emprego ou a uma renda, mas também direito ao conhecimento; não apenas aos saberes necessários para o exercício da prática produtiva no trabalho, mas também dos conhecimentos necessários para o exercício da cidadania na prática do trabalho.

No que se referem aos surdos que estão inseridos na modalidade de ensino EJA, estes estão neste espaço educacional para adquirir os conhecimentos necessários para integrarem-se a sociedade, tendo em vista que estes estão à margem educacional e laboral, não por que não se comunicam na modalidade áudio-oral, mas por se constituírem como sujeitos visuais, fato esse que a nossa sociedade não está habituada a aceitar, nem busca respeitar essa condição.

E devido a visão etnocêntrica do ouvintismo que “é um conjunto de representações dos ouvintes, a partir do qual o surdo está obrigado a olhar-se e narrar-se como se fosse ouvinte” (SKLIAR, 1998, p 15). Essa imagem coloca o surdo como alguém de suas de suas potencialidades visuais. Assim, a perspectiva ouvintista coloca a surdez como um déficit e não como condição humana diferenciada, desrespeitando as particularidades linguísticas, identitárias, sociais e culturais de ser surdo. Perlin (1998, p. 56), descreve o processo de aquisição da escrita do país experienciado pelo surdo, enquanto sujeito visual e aponta que:

A cultura ouvinte no momento existe como constituída de signos essencialmente auditivos. No que tem de visual, como a escrita, igualmente é constituída de signos

audíveis. Um surdo não vai conseguir utilizar-se de signos ouvintes, como por exemplo, a epistemologia de uma palavra. Ele somente pode entendê-la até certo ponto, pois a entende dentro de signos visuais.

É necessária intervenção com uma política educativa com olhar diferenciado que contemple educação e trabalho para desconstruir e (re) construir as práticas educacionais e laborais, a fim possibilitar um enfrentamento das situações de apagamento. Os princípios que norteiam a ES podem fundamentar o processo educacional da EJA, tendo em vista que a cooperação entre os envolvidos no processo educacional oportuniza a troca de saberes; além da valorização da diversidade, do ser humano, da aprendizagem e o seu saber local, atrelado ao processo emancipatório dos sujeitos e o cuidado com o meio ambiente, podem fomentar uma educação voltada para os jovens e adultos, não de forma compensatória, mas significativa para o processo de desvelamento e intervenção em contextos excludentes.

Neste sentido, acreditamos que a ES é uma possibilidade viável para superar as situações de exclusão, por ser um movimento de transformação social, que tem por finalidade uma sociedade mais justa, democrática em que o ser humano é valorizado pelo ser e não pelo ter financeiro, portanto a ES se apresenta como uma alternativa à economia capitalista, por ser um modelo que rompe com os paradigmas vigentes no capitalismo. Como descreve Kruppa (2005, p.27):

A Economia Solidária é meio de um contexto social que propõe a igualdade de condições e o direito à diferença. Igualdade de condições que elimina a sociedade hierárquica, propondo uma sociedade marcada por relações democráticas, onde as diferenças entre os indivíduos possam acontecer sem gerar desigualdades. É, portanto, uma economia com defesa da igualdade e da inclusão de todos, não postulando, contudo, a defesa do idêntico. Uma economia que considera que as pessoas são diferentes e devem ter espaço para o exercício de suas diferenças.

A Lei nº10. 098, de 19 de dezembro de 2000, determina a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Esta Lei, no capítulo VII, estabelece o direito da acessibilidade de comunicação para cegos, surdos e impossibilitados de estabelecerem um processo de entendimento. A legitimidade da Lei possibilita o acesso a comunicação por estes. Assim sendo:

Desta forma os direitos destes grupos estão sendo resguardados, enquanto cidadãos. E o poder público deve assegurar a acessibilidade comunicativa, pois a sociedade é heterogênea e constituída por diferentes sujeitos que necessitam efetivar um processo comunicativo (NASCIMENTO, 2014, p.26).

A inclusão dos surdos no mercado de trabalho formal está posto na Lei nº 8. 213/91, assegurando a reserva de 2% a 5% das vagas para pessoas portadoras de deficiência. Estas cotas são para atender as pessoas que lutam por uma vaga no mercado de trabalho. As cotas

possibilitam que as pessoas excluídas do mercado de trabalho tenham uma oportunidade de trabalhar. Assim, as empresas lucram com este atendimento inclusivo e social.

A inclusão, para essas empresas, passa a ser um compromisso e um dos itens de sua política de responsabilidade social. Para tanto desenvolve um programa amplo, estruturado, de capacitação, recrutamento, seleção, contratação e desenvolvimento das pessoas portadoras de deficiência. Muitas empresas já entenderam que a inclusão das pessoas com deficiência é um grande aprendizado, para o desenvolvimento de políticas de promoção e respeito à diversidade no ambiente de trabalho (MTE, SIT, 2007, p. 54).

A Lei 8.213/91 oferece um número muito reduzido de vagas dentro de uma empresa para as pessoas que apresentam alguma ‘deficiência’, neste sentido as vagas no mercado de trabalho para estes sujeitos é permeado pela competitividade para alcançar um espaço em empresas de trabalho formal. Sendo necessário buscar alternativas inovadoras que venham suprir as ausências de possibilidades.

Portanto, a ES como espaço de construção de saberes e posicionamento críticos frente ao mercado de trabalho e pode constituir-se como uma alternativa para os surdos terem uma vida justa e igualitária, no que se refere aos direitos sociais, tendo em vista que por meio dos eixos norteadores, os sujeitos excluídos das conjunturas educacionais e sociais podem vislumbrar possibilidades de inserção nos contextos a quais estão anulados e apagados. Diante deste panorama Singer (2004, p.10), contextualiza o surgimento da ES como alternativa viável contra as injustiças:

A economia solidária surgiu historicamente como reação contra as injustiças perpetradas pelos que impulsionam o desenvolvimento capitalista. Foi assim desde a primeira revolução industrial e continua sendo hoje, quando o mundo passa pela terceira . A economia solidária não pretende opor-se ao desenvolvimento, que mesmo sendo capitalista, faz a humanidade progredir. O seu propósito é tornar o desenvolvimento mais justo [...]

Devido às imposições limitantes impostas aos surdos se faz necessário buscar meios alternativos para que estes sujeitos possam desenvolver-se tanto educacionalmente, quanto nas atividades laborais e na sociedade. Mediante este contexto a ES pode configurar-se como viável para os surdos, pois a possibilidade educacional, laboral e reflexiva proposta nesta alternativa pode culminar em resultados satisfatórios para os surdos. Como descreve Correa (2007, p. 88) “A EJA, [...] pode contribuir para a qualificação cidadã desses sujeitos: críticos, interventores, autônomos e solidários, e para que realmente possa cumprir seu papel nesse novo cenário”. Portanto, os educandos da EJA necessitam além de desenvolver o saber ler e escrever, do desenvolvimento da capacidade crítica e reflexiva para que com autonomia venham influenciar em sua realidade.

Para tanto, sujeitos da EJA, surdos ou não, precisam ter acesso a mais informações,

para ampliar as possibilidades e poder superar os desafios diários, tanto na escola, quanto no trabalho. Neste sentido, é fundamental sistematizar a cerca das concepções educacionais, e laborais destinadas aos surdos, alunos da EJA, e sujeitos excluídos educacionalmente e do mercado de trabalho, tendo em vista que através do diálogo podem-se promover ações libertárias como enfatiza Pierre Furter na introdução do livro: *Educação como prática da liberdade*, de Paulo Freire (1967) “uma educação como prática da liberdade só poderá se realizar plenamente numa sociedade, onde existem as condições econômicas, sociais e políticas de uma existência em liberdade”. Assim sendo, o processo educacional requer muito além do alfabetizar, requer a formação para a cidadania.

Neste sentido, o processo formativo por meio ES visa o empoderamento e humanização do sujeito através da reflexão a cerca da realidade vivenciada, levando-o para uma mobilização consciente de desconstrução e reconstrução de paradigmas que deixam o indivíduo em condição de manipulação pelo o Outro. Portanto, a ES caracteriza-se por ser atividade educacional e econômica de iniciativa popular, que atende as necessidades de grupos organizados em prol de um bem comum, tendo em vista que estes sujeitos estão excluídos do mercado capitalista. Nesta perspectiva o trabalho é entendido como um princípio educativo, de solidariedade e igualdade de direitos e não como manutenção do sistema capitalista, como destaca Gadotti:

A economia solidária é antes de tudo um processo contínuo de aprendizado de como praticar a ajuda mútua, a solidariedade e a igualdade de direitos no âmbito dos empreendimentos e ao mesmo tempo fazer com que estes sejam capazes de melhorar a qualidade de seus produtos, as condições de trabalho, o nível de ganho dos sócios, a preservação e recuperação dos recursos naturais colocados à sua disposição. (GADOTTI, 2009, p.13)

Assim sendo, configura-se como alternativa que valoriza o homem como sujeito de decisões e escolhas, que em meio às políticas de valores dominantes, pode assumir o desafio de lutar contra práticas arraigadas socialmente e (re)construir um novo discurso, portanto uma nova prática de solidariedade e companheirismo nas relações construídas e partilhadas socialmente. Como enfatiza Singer (2002, p. 10) “se toda economia fosse solidária, a sociedade seria muito menos desigual” e todos teriam uma vida digna.

Dentre os princípios que norteiam a ES, alguns podem ser aplicados como alternativa a fim de oportunizar um direcionamento nas experiências que podem ser desenvolvidas no cenário educacional dos surdos, dentre os quais destacaremos a valorização do ser humano, da aprendizagem, diversidade, cooperação, democracia e emancipação como ações que possibilitam construir coletivamente saberes dentro das singularidades e diferenças.

Dentro do debate da Economia solidária, o conceito de emancipação refere-se à possibilidade dos trabalhadores romperem com a lógica de exploração do capitalismo, tanto individualmente, ao não depender mais do trabalho assalariado onde o capitalista se apropria do “lucro” proporcionado pelo trabalho explorado, quanto coletivamente, através dos empreendimentos solidários, que tentam emancipar-se ao não depender da regulação do mercado capitalista.

Entretanto, a emancipação caracteriza-se também como mola propulsora no processo de amadurecimento de qualquer indivíduo. No caso dos surdos a emancipação é almejada, pois existe uma super proteção destinada a eles advinda do equívoco que a visão da surdez como deficiência produz, que é relacionar capacidade de ouvir com capacidade de pensar. Por causa desse erro de significação dos surdos como sujeitos sociais, estes não podem sair sozinhos, realizar atividades comuns que poderiam exercer e até mesmo são impedidos de as realizar, porque muitos ouvintes ainda acreditam-se tutores dos surdos. Como enfatiza e descreve Coll , a respeito do comportamento dos pais em relação aos filhos surdos,

A atitude dos pais diante da surdez de seu filho terá uma influência considerável. As reações podem ser muito diversas. Há pais que tentam negar sua existência e, conseqüentemente tratam seu filho como se fosse ouvinte. Outros, ao contrário desenvolvem atitudes de superproteção (COLL, 2004, p.176).

Neste sentido, a emancipação do surdo não depende só do surdo, pois a sociedade precisa estar aberta para conhecer o novo e aprender a dialogar com os surdos. Os sujeitos na condição de surdez, ao desenvolverem uma habilidade prática, juntamente com a habilidade intelectual, promovem uma ação emancipatória e reflexiva da qual resulta sua postura em sociedade podendo não ser suficiente apenas estudar e trabalhar, uma vez que se não tiver desenvolvido a criticidade e o hábito reflexivo o surdo não será uma pessoa emancipada porque aceitará ser tutelado por qualquer um que se apresente como tal.

No que se refere à valorização da aprendizagem, tanto os sujeitos surdos, como os demais participantes da ES, precisam ter seus saberes valorizados e os conhecimentos devem partir do local, para ir construindo no sentido global. Para Arcoverde (2011), a falta de compartilhamento linguístico entre estudantes surdos e professores ouvintes, é uma questão grave,

A educação dos surdos segue, portanto, como um problema complexo cercado pelas incertezas metodológicas, pelo não compartilhamento de línguas entre professores e alunos e pela dificuldade na compreensão de uma abordagem educacional e linguística que tivesse em vista oferecer uma educação de qualidade que reconheça o surdo na sua diferença (ARCOVERDE, 2011, p.151)

Assim sendo, é importante os surdos terem sua aprendizagem valorizada e

gradativamente difundir sua forma de aprendizagem e seu saber entre os surdos, estudiosos e interessados em conhecer o universo surdo. O saber que circula dentro das comunidades surdas e nos grupos de ES pode ser expandido para viabilizar uma aprendizagem partindo das experiências cotidianas, que eles têm, e que no caso dos surdos, deve estar alicerçada na perspectiva visual.

Através do diálogo em LS os surdos repassam informações, constroem conhecimentos, promovem aprendizados e disseminam aspectos culturais do grupo surdo. Tal qual a ES um empreendimento solidário também não apresenta uma hierarquia de poder, mas uma liderança que está disposta a realizar com os demais ações de benefício comum. Por estas razões, como os surdos vivem em comunidade surda, que não tem um superior, mas um líder na realização de ações, a autogestão também faz parte do universo surdo. Strobel (2008, p.93), menciona a relevância dos líderes surdos para retirar os surdos do anonimato histórico, “(...) em que os povos surdos vivem e levantar desafios para nós, líderes das comunidades surdas, contribuir para mudança da visão histórica dos surdos”. Neste sentido, as lideranças são referências para o movimento de superação das conjunturas excludentes.

A democracia é uma forma pertinente de empreendimentos solidários e em comunidade surdas, através do diálogo são expostos pontos de vista, de forma democrática, as discussões geram um novo aprendizado.

Como aponta Santos (2010, p.14), “a democracia nasce das lutas sociais e do discurso sobre as coisas, manifestações e os efeitos das lutas sociais, dentre as quais sobressaem as metamorfoses das formas de dominação”. Assim sendo, a democracia é uma forma, de organização social em que o sujeito pode expressar sua opinião, também respeitando a opinião do outro, e partindo desta perspectiva, podem-se empreender discussões em busca de melhores condições para todos. A troca de opiniões e saberes constituem como uma conquista para realizar mudanças e superar as dificuldades.

O princípio da cooperação é uma forma de disseminar a solidariedade entre os seres humanos. Como os surdos são sujeitos que vivenciam diariamente um processo de exclusão, a cooperação solidária entre os iguais de condição permite potencializar as habilidades e viabilizar a superação das dificuldades. Assim é necessária uma reeducação coletiva para a cooperação e solidariedade. Neste sentido Gadotti (2009, p. 39) afirma que “o ato de cooperar é uma forma de trabalho em que muitos trabalham para o mesmo fim. A cooperação das pessoas no trabalho é um dos maiores avanços da humanidade”. No entanto, os sujeitos precisam deslocar-se de seus interesses próprios e ir em busca da união do grupo, tendo a solidariedade como enfrentamento da competitividade e exclusão.

Na ES o ser humano, como principal valor do processo econômico, assume a centralidade e sai do egoísmo, da busca desenfreada pelo ter financeiro dos interesses individuais para constituir-se como construção do coletivo, em que o bem estar comum, mesmos direitos e melhoria de vida, fazem parte de um viver promissor necessário a todos. Neste sentido concordamos com Freire, (2011, p. 22) ao destacar que:

Este compromisso, com a humanização do homem, que implica, uma responsabilidade histórica, não pode realizar-se através do palavreiro, nem de nenhuma outra forma de fuga do mundo, da realidade concreta, onde se encontram os homens concretos.

Assim sendo, o homem tem a necessidade de estar humanizando-se, para também humanizar, a formação para a ES é uma prática pedagógica que preserva o ser humano e o planeta.

O surdo, como todo ser humano, é um sujeito diverso, pois há surdos que residem na zona urbana (ZU), na zona rural (ZR), casados, solteiros, divorciados, homossexuais, estudantes, trabalhadores, que gostam de conversar, que gostam de dançar, etc. Como a ES valoriza toda a diversidade de sujeitos, valoriza a diversidade cultural de pessoas, esta valorização do diverso e das diferenças é vista de forma positiva.

A cultura solidária e a educação estética, estão intimamente relacionadas. A educação estética mobiliza, para a sensibilidade abrindo-se para o novo, para o outro, para o diverso. Dai uma outra dimensão da educação para uma cultura solidária, que é o respeito e a valorização da diversidade cultural. Trata-se de não impor padrões culturais, mais de compartilha-los, valorizá-los, não estabelecendo uma relação de hierarquia entre eles (GADOTTI, 2009, p. 45).

Nesta mesma perspectiva de Gadotti, os estudos de Strobel (2008, p.93) destacam para a importância do povo surdo (des)construir a história de limitação, anormalidade e estereótipos lançados sobre eles pelos ouvintes, para (re)construir uma nova história contada por eles mesmo a partir da surdez como diferença cultural.

Então o desafio para o povo é construir uma nova história cultural, com reconhecimento e respeito das diferenças, valorização da língua, a emancipação dos sujeitos surdos de todas as formas de opressão ouvintista e seu livre desenvolvimento espontâneo de identidade cultural (STROBEL, 2008, p. 93).

Portanto, a afirmação dos surdos, é que eles são sujeitos de cultura, pois são usuários de uma língua específica, apresentam uma identidade política surda, expõem uma percepção de mundo de forma visual, dentre outras particularidades. Neste sentido, os surdos precisam ser respeitados, enquanto um povo que vivencia uma cultura diferente.

A formação dos educandos surdos da EJA, de acordo com perspectiva da ES seria uma possibilidade de desenvolvimento para estes sujeitos, por que os surdos que vivem em

comunidade surda já têm experiências com discussões e atividades coletivas para construir o saber. E por meio desta formação da ES na sala de aula da EJA, estes sujeitos poderiam sair da vulnerabilidade social, emancipando-se. Os possíveis resultados seriam sujeitos surdos da EJA, autônomos, para lutarem por seus direitos e deveres, enquanto cidadãos. Assim sairiam da invisibilidade social na qual estão postos e iriam de encontro ao seu espaço na sociedade de forma digna.

3 APORTES METODOLÓGICOS APLICADOS NA PESQUISA

3.1 PROPOSTA METODOLÓGICA

O trabalho científico exige do pesquisador a utilização de métodos para atingir os resultados propostos, demonstrando rigor científico, na construção do conhecimento. Esta pesquisa teve início na primeira quinzena do mês de fevereiro e segue-se até a segunda semana do mês de março, em que foram realizadas visitas semanais à instituição escolar.

A proposta metodológica que subsidiou esta pesquisa foi fundamentada na abordagem qualitativa. Segundo Martins Junior (2012, p. 138-139) “na abordagem qualitativa os dados são coletados por meio de descrições feitas pelos sujeitos acerca de uma questão proposta pelo pesquisador [...] são detalhados sob forma de descrição, análise, e comparação que são realizadas em diferentes momentos”. Neste sentido, a pesquisa que se utiliza desta abordagem busca transcrever, avaliar, confrontar os dados, significar por meio deles, os resultados.

Por meio do método indutivo buscou-se extrair verdades dos dados, examinar a relação dos fatos partindo das particularidades, e englobando todas as instâncias do problema tendo em vista que o método busca descrever detalhadamente o fenômeno investigado. Lakatos (2010, p. 68), aponta que:

Indução é um processo mental por intermédio do qual, partindo de dados particulares, suficientemente constatados, infere-se uma verdade geral ou universal, não contida nas partes examinadas. Portanto, o objetivo dos argumentos indutivos é levar a conclusões cujo conteúdo é muito mais amplo do que o das premissas nas quais se basearam.

Fez-se uso da pesquisa exploratória que tem por finalidade descrever como ocorre o processo de ensino e aprendizagem dos alunos surdos da EJA, pois, como aponta Gil (2008), este tipo de pesquisa tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. Segundo Lakatos (2010, p.27), as pesquisas exploratórias

São investigações de pesquisa empírica cujo objetivo é a formulação de questões ou de um problema, com tripla finalidade: desenvolver hipóteses, aumentar a familiaridade do pesquisador com um ambiente, fato ou fenômeno, para a realização[...].

E para alcançar os objetivos da pesquisa, foram utilizados como instrumental de coleta de dados, entrevista e caderno de campo. A entrevista é um instrumento que viabiliza um contato direto (face a face) com o sujeito e permite ao entrevistador uma flexibilidade para esclarecer dúvidas que surgirem no decorrer do processo de entrevista. Neste sentido,

Severino (2007, p. 124) conceitua a entrevista como: “Técnica de coleta de informações sobre um determinado assunto, diretamente solicitadas aos sujeitos pesquisados. Trata-se, portanto, de uma interação entre pesquisador e pesquisado”.

Corroborando com a conceituação de Severino. Gil (2010, p.109) descreve a entrevista como:

Técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessam a investigação. A entrevista é, portanto, uma forma de interação social. Mais especificamente, é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação.

No que se refere à pesquisa de campo é um estudo de observação, que permite ao pesquisador conhecer a realidade de forma mais próxima. Neste sentido Martins Junior (2012, p.59) afirma que “este tipo de trabalho requer um contato maior com a população pesquisada a fim de verificar a ocorrência de algum fenômeno que estaria influenciando sobre a mesma ou a fim de realizar alguma experiência com a sua participação”. Esse tipo de investigação permite ao pesquisador observar minuciosamente os detalhes por estar em um espaço natural do grupo investigado.

No tocante ao referencial teórico foi realizada uma revisão da literatura nas áreas da educação de surdos, EJA e ES, a fim de conhecer e confrontar com dados obtidos na pesquisa. Tendo em vista que muitos teóricos já desenvolveram trabalhos nessa área e servem de referencial para o desenvolvimento desse estudo.

O instrumento de coleta de dados seguiu um plano condutor de entrevistas a fim de averiguar como se encontravam estes alunos surdos no que concerne a situação educacional de ensino e aprendizagem, observando como os educadores constroem o conhecimento com os alunos surdos da turma de EJA. Além de visualizar como ocorre a inserção da ES no contexto de sala de aula. Os educandos foram entrevistados acerca de como ocorre o ensino e aprendizagem para eles, enquanto alunos surdos da EJA, foram direcionadas perguntas para observarmos como a proposta de ES poderia ser útil a estes sujeitos. Com relação aos educadores estes foram entrevistados para relatarem a experiência educacional com alunos surdos e o seu conhecimento a respeito da ES.

Além da utilização da entrevista observou-se por meio da pesquisa de campo a realidade em que os alunos e professores se encontraram atualmente, fazendo um paralelo com a ES, enquanto proposta pedagógica e laboral, e também realizou-se análise dos dados com os referenciais teóricos especializados na área. Como destaca Bogdan e Biklen (1991, p.205)

A análise de dados é o processo de busca e de organização sistemático de transcrições de entrevistas, de notas de campo e de outros materiais que foram sendo acumulados, com o objetivo de aumentar a sua própria compreensão desses mesmos materiais e de lhes permitir apresentar aos outros aquilo que encontrou.

Foi apresentado à gestora responsável pela escola Presidente Vargas, um requerimento de autorização para coleta de informações (ver apêndice A), em seguida foi aplicado um roteiro condutor da entrevista (apêndice C), com os alunos surdos da escola, por meio da concordância expressa no termo de aceitação livre e esclarecido (apêndice B). Posteriormente a gestora da Instituição escolar assinou uma declaração autorizando a pesquisadora utilizar o nome da Instituição escolar na pesquisa (apêndice D).

Inicialmente foi realizada a leitura do termo de aceitação livre e esclarecido, em seguida os alunos decidiram que participariam da pesquisa e escolheram um local de preferência deles na escola para a realização da entrevista.

A entrevista foi realizada utilizando-se um equipamento de filmagem e um caderno de campo para eventuais anotações.

Após a realização das entrevistas foi realizada a transcrição (apêndice E), as informações foram submetidas à análise qualitativa, organização dos dados, redução e explicação das informações coletadas analisando os conteúdos.

Os educandos que participaram dessa pesquisa assinaram um termo de aceitação livre esclarecido, a fim de evitar qualquer tipo de constrangimento para ambas as partes, de acordo como que rege a resolução nº196/96 do Conselho Nacional de Saúde, que aponta as Diretrizes Éticas da Pesquisa com Seres Humanos (BRASIL, 2012).

O estudo foi constituído de entrevista com 04 alunos surdos da Escola Presidente Vargas em Sumé, estes responderam uma entrevista semiestruturada, que segundo Bogdan e Biklen (1991.p.135) “Nas entrevistas semiestruturadas fica-se com a certeza de se obter dados comparáveis entre os vários sujeitos, embora se perca a oportunidade de compreender como é que os próprios sujeitos estrutura o tópico em questão”. Também observou-se em campo a realidade e vivências destes educandos em sala de aula, a fim de analisar as informações e sistematizá-las. O processo de entrevista também foi realizado com a professora da turma e o instrutor de Libras, a fim de averiguar as concepções dos mesmos sobre a educação de surdos, EJA e ES.

Os sujeitos da pesquisa foram escolhidos por serem surdos e participarem da turma de EJA que atende especificamente a alunos surdos. Para não expor os sujeitos da pesquisa, optou-se por identificá-los com as letras iniciais do nome de origem.

Os alunos da escola responderam a entrevista semiestruturada; as perguntas que foram direcionadas para os educandos surdos e instrutor de Libras foram feitas e respondidas em Língua Brasileira de Sinais, filmada em câmera fotográfica e logo após foram transcritas para a língua portuguesa escrita. Já as perguntas encaminhadas para a professora da turma foi realizada oralmente, face a face e transcrita para a língua portuguesa escrita. Em campo, foi realizado o trabalho de observação da realidade e vivência destes educandos, registrando-se as informações no caderno de campo. Para tal procedimento, permanecemos na sala de aula, observando sem fazer interferência ou emitir opiniões a cerca da condução das aulas. Anotou-se no caderno os detalhes relevantes para a pesquisa, o que possibilitou analisar as informações colhidas e sistematizá-las.

3.2 DESCRIÇÃO DA INSTITUIÇÃO ESCOLAR

O espaço de realização da pesquisa foi a Unidade Municipal de Ensino Infantil e Ensino Fundamental Presidente Vargas, localizada na Rua Antônio Cazuza, nº 95. Alto Alegre – Sumé/PB. A instituição foi criada no ano de 1955, durante a gestão do prefeito José Farias Braga e do governador Ernani Sátiro. A escola iniciou seus trabalhos como escola estadual, e na década de 1970, através de decreto do mesmo governador, a instituição recebeu o nome de Escola de Ensino Infantil e Ensino Fundamental Presidente Vargas.

A instituição conta com trinta educadores; e quatrocentos e quarenta e três educandos, advindos tanto da zona rural quanto da zona urbana. Na escola funcionam as modalidades do Ensino Fundamental regular do 6º ao 9º anos, Educação de jovens e Adultos e uma turma de Educação Bilíngue para Surdos. A referida escola funciona nos turnos matutinos, vespertinos e noturnos.

Quanto ao espaço físico, a escola dispõe de oito salas de aula, dois banheiros masculinos e femininos, uma diretoria, uma cantina com depósito para merenda, uma quadra de esportes. Já no tocante aos materiais pedagógicos a escola dispõe de dois aparelhos de DVD, um aparelho de som, dois aparelhos de TV, um par de caixa de som amplificada, um DVR, dois microsistemas, um projetor de slide, e um quadro branco.

De acordo com o Projeto Político Pedagógico (PPP) da instituição, a escola tem como missão educacional “assegurar um ensino de qualidade, garantindo o acesso e a permanência dos alunos na mesma, formando cidadãos críticos capazes de agir na transformação da sociedade. [...] E considera também as práticas pedagógicas que atenda as diferenças,

valorizando como elemento de crescimento, fazendo-se necessário diversificar e adaptar os conteúdos a fim de garantir a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais, ou defasados idade-série”.

Como está descrito no PPP do ano de 2013, a instituição deu continuidade a modalidade de EJA noturno, atendendo Ensino Fundamental I e II e Educação Inclusiva para surdos. Neste sentido, a instituição escolar tem compromisso com o desenvolvimento humano dos educandos e ingresso na cultura geral, de modo que os mesmos possam desempenhar comportamentos éticos, políticos e autônoma intelectual. A construção curricular para atender a formação dos educandos da EJA, parte do princípio que estes sujeitos sejam críticos, ativos e democráticos.

No que se refere a educação de surdos a escola trabalha com esses alunos a proposta educacional bilíngue⁴, haja visto que a instituição acolheu aos educandos surdos, oriundos da antiga Escola Bilíngue para surdos Nossa senhora da Conceição, que teve o seu fechamento no ano de 2015, pela ausência de recursos educacionais destinados à Instituição. Doravante estes educandos foram alocados em outras instituições educacionais do município e desde o ano de 2016, estes educandos foram inseridos na Escola Presidente Vargas.

O PPP da escola caracteriza o processo educacional dos surdos ao longo da história, no mundo, no Brasil, na Paraíba e por último na cidade de Sumé. Como também aponta o que determina as Leis brasileiras no que se refere à educação de surdos.

⁴ Segundo consta no PPP da Instituição ocorre uma divergência conceitual de modelos educacionais: Educação Bilíngue para surdos e Educação Inclusiva, neste sentido vale salientar que a Escola bilíngue para surdos Nossa Senhora da Conceição, foi criada de acordo com a proposta Educacional Bilíngue, porém no PPP da Instituição que recebeu os alunos surdos, ficou evidente o conflito e o desconhecimento a respeito das propostas educacionais direcionadas aos surdos. Mesmo que em sala de aula a perspectiva teórica utilizada é a bilíngue.

4 ANÁLISE DOS DADOS

A seguir apresenta-se o perfil dos educandos surdos, como também da professora e instrutor surdo de Libras, a fim de caracterizar os informantes da pesquisa.

Tabela 1 - Perfil dos alunos surdos da EJA

NOME	SEXO	IDADE	SÉRIE	RESIDÊNCIA	PROFISSÃO	MOT. SURDEZ
V M	M	14	8º ANO	ZU	ESTUDANTE	RUBÉOLA
K R	F	30	1º ANO	ZU	APOSENTADA	NASCEU SURDA
M J	F	41	2º ANO	ZU	PENCIONISTA	GÉNÉTICA
J B	M	44	2º ANO	ZU	AGRICULTOR	NASCEU SURDO

Fonte: Dados da pesquisa

Tabela 2- Perfil da professora e do instrutor

NOME	SEXO	FORMAÇÃO	DISCIPLINA QUE LECIONA	TEMPO EM QUE TRABALHA NA EDUCAÇÃO
I B	M	ENSINO MÉDIO	INSTRUTOR DE LIBRAS	1MÊS
C L	F	PÓS GRADUAÇÃO	EJA- MULTISSÉRIADA	14 ANOS

Fonte: Dados da pesquisa

A educação de jovens e adultos e a educação de surdos no Brasil são marcadas por desigualdades no atendimento educacional, um arremedo que tem colocado os surdos, jovens e adultos, em espaços educacionais que os invisibiliza enquanto cidadãos de direitos, tendo em vista que a educação destes sujeitos tem sido posta de forma compensatória (EJA) e inclusiva (surdos).

Faz-se pertinente uma educação emancipadora, que liberta o sujeito extingue a dicotomia entre educador e educando, pois ambos se complementam na construção do conhecimento, visto que o educando é detentor de muitos saberes e seu conhecimento deve valorizado no contexto educacional, local, histórico, cultural. Sendo assim, o educador e

educando poderiam constituir-se estudando o passado, problematizando o presente e transformando o futuro. Assim, aponta Freire (1996, p.136), “o sujeito que se abre ao mundo e aos outros inaugura com seu gesto a relação dialógica em que se confirma como inquietação e curiosidade, como inconclusão em permanente movimento na história”.

Os surdos e alunos da EJA poderiam desenvolver-se satisfatoriamente por meio de alternativas metodológicas que partissem do diálogo, da troca de conhecimentos nos mais variados espaços, em que as diferenças não sejam limitantes, porém construtivas para o viver e o conviver na construção do conhecimento.

O espaço escolar nem sempre tem adquirido sentido de permanência, satisfação e prazer para os educandos, tendo em vista que muitos contextos escolares ignoram as principais necessidades e dificuldades dos sujeitos. Mediante este cenário de insatisfação e falta de prazer educacional, podemos observar as falas dos educandos surdos da EJA:

A tarde estudo na escola inclusiva, é muito ruim e muito difícil; o professor fala e oraliza e eu surdo. Quando eu iniciei na escola bilíngue em 2012 eu não conhecia nada e o instrutor D⁵ junto com a professora C começaram ensinando e eu aprendi. (VM).

Todos os dias eu ia pra escola regular, não gostava, era muito barulho, crianças correndo, era difícil, mas só me identifiquei com a escola bilíngue, que eu amo a escola bilíngue, amo estar com os surdos (JB)

A educação direcionada aos sujeitos é determinante em sua formação pessoal, educacional e laboral, diante desta perspectiva, podemos destacar a multiplicidade de sujeitos que adentram o espaço escolar. Neste sentido, é pertinente observar que no que se refere aos surdos, estes são sujeitos constituídos linguisticamente pela perspectiva viso-espacial diferente dos ouvintes que são oral-auditivos. Mediante essa diferença linguística, que produz modos de ser objetivo e subjetivamente diferentes, é necessário um atendimento educacional específico que capacite sem discriminar, como aponta Machado (2008, p. 79) “o fracasso escolar do aluno relaciona-se com a inadequação da escola para atender as suas especificidades de aprendizagem, tornando-se evidente o despreparo da escola em receber os alunos surdos”.

Diante deste cenário de fracasso escolar destinado aos surdos, que frequentam ou frequentaram a instituição regular de ensino, comprova-se que estes sujeitos encontram

⁵ D foi o primeiro instrutor surdo da Escola Bilíngue de Sumé, que trabalhou na instituição por um período de dois anos; e C a professora que iniciou os trabalhos na escola juntamente com D, e ela permanece até hoje como professora dos surdos.

muitas dificuldades neste espaço escolar, tendo em vista que o desenvolvimento da aprendizagem não ocorre a partir da LS. Assim sendo, esclarece o depoimento dos educandos surdos:

Quando estudei na escola regular, quando era criança, a professora falava e oralizava, e eu não aprendi nada. A professora foi embora e eu não estudei mais, e eu não aprendi nada. Depois disso parei de estudar, por que eu era surda não falava e não assimilava nada. (M J).

Quando estudava com as crianças na escola inclusiva, era ruim, por que eu sou surdo e elas ouvintes. (J B)

Eu acho um pouco difícil, por que eu não conhecia a libras antes e aprendi aqui na escola, em casa eu não sabia nada por que não tinha surdo pra conversar. (K R)

Como se pôde observar, os relatos dos educandos apontam para a ineficiência do Ensino Regular na educação de surdos, tendo em vista que a oralidade é uma marca muito forte e hegemônica no processo educacional dos mesmos, e que a instituição escolar ainda mantém e corrobora para o fortalecimento da oralidade. O espaço escolar deveria criar alternativas que possibilitassem aos surdos o desenvolvimento, a partir de suas particularidades e potencialidades.

Neste sentido, observamos que a ausência de utilização da língua de sinais em sala de aula para os surdos remete para o insucesso, e dificuldade de ascensão educacional, pois os surdos vivem a negação de sua condição por estarem em ambientes que não se preocupam em ser linguisticamente acessíveis, apesar de saber que é direito do surdo. Como destaca Arcoverde (2011), o apagamento da LS nas escolas tem colocado os surdos diante de incertezas educacionais, além de desenvolver nos surdos apenas a atividade de copistas com modos inadequados de desenvolvimento da aprendizagem.

A presença de surdos na EJA ainda é incipiente, mas é grande a probabilidade de acontecer tendo em vista que quando crianças estão alocadas na sala de aula regular, espaço que não promove a aprendizagem e tão pouco o desenvolvimento. Neste sentido, como a permanência neste contexto educacional acontece devido a influência familiar, a consequência será este sujeito evadir-se do espaço escolar, no início da fase adulta, momento em que concluem o Ensino Fundamental não alcançando satisfatoriamente um bom nível de leitura e escrita. Neste sentido, os educandos surdos destacam as razões pelas quais optaram estudar em turma de EJA: *“Por que eu gosto muito de estudar com os surdos aqui”*. (V M); e *“Por que eu gosto muito daqui, e eles todos me ajudam”*. (K R).

O depoimento dos educandos surdos revelou que para eles estudarem em turma de

EJA é prazeroso pelo fato de ocorrer uma autoidentificação linguística, em que eles se reconhecem no outro e se ajudam mutuamente, favorecendo o processo de aprendizagem e desenvolvimento linguístico. Conforme aponta Strobel (2008) acerca da preferência dos surdos em se relacionar e interagir com os iguais, tendo em vista que aprimora e fortalece a identidade e lhes possibilita melhor desempenho, pois as vivências individuais assemelham-se aos pontos em comuns nos relatos, e problemas semelhantes ao do outro surdo; e essa atitude gera o fortalecimento linguístico.

O processo educacional também se faz nas práticas relacionais de solidariedade presente na sala de aula, em que os educandos não se excluem e constroem a aprendizagem baseados na solidariedade, como enfatiza K R, em seu depoimento ao afirmar que os colegas todos a ajudam, ação que é explicada pelos estudos de Furtado (2015), visto que as ações de solidariedade nem sempre são valorizadas nas relações pedagógicas, sendo negado a constituição do homem como um ser de relações e potencialidades solidárias.

No que se refere ao processo de aprendizagem dos educandos surdos da EJA, ocorre satisfatoriamente de acordo com a perspectiva visual, em que a aquisição do conhecimento envolve as particularidades inerentes aos sujeitos surdos, como também de acordo com a perspectiva educacional da EJA, que visa que os sujeitos tenham uma formação cidadã e para a prática laboral.

No registro do caderno de campo, do dia 17 de fevereiro, foi possível observar que a professora e instrutor trabalhavam em sala de aula, um texto não verbal da disciplina de ciências com o nome de Mário, que falava sobre os aspectos que envolvem o mar e o rio; foi construído um cartaz com imagens e todos os educandos discutiam em Libras, quais as imagens deveriam recortar dos encartes e revistas para fossem colocadas no trabalho. E foi abordada a problemática da crise hídrica e os educandos discutiam em língua de sinais as dificuldades vivenciadas no cotidiano familiar. O educando JB, destacou que às vezes trabalhava como ajudante de pedreiro, mas por conta da falta d'água não encontrou mais trabalho.

É possível observar que as atividades na perspectiva visual e com a Libras como mediadora das aulas viabiliza que os educandos participem, opinem e reflitam sobre problemáticas do cotidiano, como visualizamos no trecho de registro do diário de campo.

Arruda (2005) descreve os saberes dos sujeitos da EJA que Jovens e adultos são pessoas que já trazem um saber acumulado de décadas de vida e trabalho. São pessoas orientadas principalmente para o trabalho. A fala a seguir dos educandos destaca como se realiza o trabalho da educadora e do instrutor surdo:

As atividades são boas por que facilitam para eu aprender; a professora utiliza a Libras para passar as atividades, que é mais de forma visual. (K R)

Aqui na escola [sala de aula] bilíngue eu aprendi um pouco, por que antes eu não sabia de nada. E não compreendia nada e hoje eu aprendo; hoje eu estou muito bem e espero crescer muito mais no aprender. (M J)

As falas das educandas evidencia o quanto é importante levar em consideração os aspectos linguísticos a partir do visual, haja vista que o desenvolvimento da cognição do surdo e vem corroborar com o uso da língua de sinais. Tanto quanto a percepção sobre a aprendizagem, pois os surdos que não faziam uso da LS consideravam que não sabiam de nada, tendo em vista que a vivência de mundo a partir perspectiva oral-auditiva não condizia com a realidade deles, chegando a afirmar que não sabiam de nada, antes de aprender a LS. “[...] a Libras propicia ao sujeito falante natural dela o desenvolvimento pleno, pois ela possibilita a troca de conhecimento, a comunicação e, conseqüentemente, a interação social com os indivíduos e com o mundo no qual está inserido” (FARIA, *et al.* 2011, p. 182).

A inserção do surdo em um espaço educacional que respeita as especificidades linguísticas dos surdos produz um efeito de satisfação e perspectivas positivas de desenvolvimento da aprendizagem, pois a troca de conhecimento através de ações concretas e pautadas nos valores culturais do grupo surdo condiciona os mesmos a avançarem ao encontro de um conhecimento novo e desconhecido. Como descreve Skliar (2005, p. 29), “Reconstruir essa história é uma nova experiência de liberdade, a partir da qual se torna possível aos surdos imaginarem outras representações para narrarem a própria história do que significa o ser surdo”.

Os sujeitos surdos e da EJA já vivenciaram aspectos de exclusão quando foram postos à margem da construção do conhecimento, sendo direcionado a eles práticas pedagógicas, que não condiziam com as necessidades linguísticas, identitárias, sociais, e laborais, tendo em vista que as instituições escolares subestimavam a capacidade de aprendizagem, limitando-os com atividades que contradiziam suas singularidades e vivências. Como menciona Falcão (2010), em muitos casos as responsabilidades educacionais dos surdos não ficam nas mãos dos professores, algumas vezes por falta de um conhecimento teórico que os possibilite a construir conhecimentos com surdos e negando a estes sujeitos uma educação de qualidade. Ocorre que muitos professores delegam a responsabilidade pela aprendizagem dos educandos surdos, a intérpretes ou a outras pessoas surdas, e ignoram a necessidade que os educandos têm de serem aprovados ao final do ano letivo com as habilidades correspondente as da série da qual esta inserido.

No tocante ao processo comunicativo entre professor e aluno surdo este precisa acontecer de forma natural que oportunize uma comunicação espontânea ao surdo, tendo em vista que o mesmo é o sujeito da aprendizagem, que tem a LS como precursora na mediação da aprendizagem. A fala dos educandos pesquisados destaca como ocorre o processo comunicativo e interacional entre professor e educando surdo da EJA:

Na escola regular não tem comunicação, na escola bilíngue a comunicação é boa. (V M.)

Eu gosto muito, pois é divertido, muito bom, desejo que outros surdos tenham a sorte que temos de estudar assim (K R).

Antes era diferente e eu não compreendia nada e hoje eu entendo sim, pois quando eu era criança, eu só escrevia e não entendia nada, só copiava mesmo e não aprendia nada (M J).

É boa, a comunicação é boa, por que é em libras (J B).

Como podemos observar nas falas dos educandos surdos, a LS é o grande diferencial no processo de aprendizagem dos surdos, pois de acordo com as experiências educacionais já vivenciadas em outros espaços educacionais estão sempre comparando a escola regular inclusiva com a escola bilíngue, pois é perceptível que o nível de satisfação e aprendizagem é superior em espaço educacional bilíngue, onde por causa da LS os surdos sentem-se sujeitos da aprendizagem. Como afirma Strobel (2008) que a LS é para os surdos uma marca da identidade desse povo, em que as experiências visuais vivenciadas por estes sujeitos fazem com que os surdos construam e transmitam conhecimentos universais.

Portanto, só através da LS que o surdo vai adquirir conhecimentos e exercer sua dignidade, enquanto sujeito de direitos e deveres, tendo em vista que para o surdo é natural comunicar-se e viver de acordo com uma perspectiva visual, porém nem todos os sujeitos surdos têm acesso a LS, e fazem uso de gestos e mímicas no cotidiano para comunicar-se, mas o processo de aprendizagem fica comprometido. Como destaca Porto et al (2012) que Libras é língua nacional desde 2002, porém ainda é ignorada em muitos locais do país, sendo desconhecida a sua existência tanto quanto a sua relevância para o desenvolvimento dos surdos. E pela ausência de comunidades surdas sinalizadoras no cotidiano dos surdos, os familiares criam gestos caseiros para sanar as necessidades comunicativas entre ambos.

A comunicação dos surdos no seio familiar, geralmente é marcada por incompatibilidades linguísticas, situação que se estende as instituições educacionais, mercado de trabalho e também na sociedade. São reflexos dos desconhecimentos e estereótipos construídos ao longo da história.

No que se refere à comunicação entre os surdos e ouvintes no espaço escolar, percebemos que ainda existe um distanciamento entre ambos, pela falta do compartilhamento linguístico os surdos ficam em um espaço, enquanto os ouvintes em outro. Podemos elucidar essa afirmação com a fala dos educandos surdos.

Com os colegas ouvintes da escola não tem interação, só com os surdos em sala de aula, os ouvintes acabam ignorando os surdos, por que eu sou surdo ninguém se aproxima (V M).

Não tem interação, eu só observo e vou embora (K R).

A comunicação é boa com os surdos, mas com os alunos ouvintes, não tem comunicação, eu não conheço eles e não converso nada com eles (M J).

A comunicação só é boa com minhas colegas surdas que gosto muito de conversar com elas. Com os ouvintes eu não gosto, por que sou surdo e não tem comunicação com eles, por que falam, falam e eu não entendo (J B).

Como destaca Dorziat (2011) que o espaço escolar precisa viabilizar ambientes linguísticos fluentes e naturais e que todo cenário educacional tenha oportunidade de experienciar esta vivacidade linguística.

É perceptível que o espaço escolar e os profissionais que coabitam neste contexto ainda não estão preparados para atender aos surdos dentro de suas especificidades linguísticas, haja vista que se visualiza um isolamento dos surdos entre eles, sem nenhum contato entre surdos e ouvintes.

No registro do caderno de campo do dia 03 de março, algo me chamou a atenção, foi quando os educandos surdos e ouvintes saíram para o lanche às 20h45min, percebi que os surdos pegaram a refeição e retornaram imediatamente para a sala de aula e ficaram lanchando e conversando entre si, sem nenhum contato com demais ouvintes presentes na instituição. Sendo notório que não existe nenhuma relação comunicativa entre surdos e ouvintes na escola.

Esse comportamento dos alunos surdos evidencia que precisa ser realizado um trabalho por parte da Instituição escolar para romper com esta ausência de relação entre surdos e ouvintes no espaço escolar. A falta do compartilhamento linguístico pode-se configurar como lacuna de contato entre ambos, mas não se deve cristalizar dentro da Instituição escolar.

É importante saber se o ensino promovido pelo educador e instrutor promove a aprendizagem, pois no espaço escolar dos surdos da EJA, vê-se sujeitos que passam o dia envolvido em atividades cotidianas e como sujeitos surdos, precisam de um espaço escolar que viabilize o desenvolvimento e construção de saberes. A seguir observa-se as falas dos

educandos no que se refere ao ensino promovido pelo educador e o processo de aprendizagem:

Ajuda sim na aprendizagem e na comunicação (VM).

Eu consigo aprender e gosto muito, por que em casa fico triste, se assisto televisão os olhos doem e não escuto nada. Aqui é bom (MJ).

Observa-se que os educandos surdos da EJA estão satisfeitos e felizes por estar neste espaço educacional, como também a sala de aula configura-se como um espaço de troca e aprendizagem, pois os mesmos relatam o prazer de estar apreendendo, mas também de comunicar-se utilizando a LS, pois muitas vezes este é o único local em que se comunicam utilizando a Libras. Para Machado (2008) o espaço escolar necessita reconhecer que no caso dos surdos é fundamental o agrupamento destes sujeitos, tendo em vista que podem partilhar da mesma língua, tem em comum a relação identitária de surdo, além do desenvolvimento na construção do conhecimento e formação da consciência cidadã.

A lógica de compreensão da identidade do surdo é uma construção coletiva, que no espaço escolar adquire uma grande relevância, pois por meio da afinidade linguística com a Libras, no contexto educacional, os educandos vão se construindo enquanto sujeitos, como também fortalecendo espaços de inserção e desenvolvendo a consciência reflexiva de seus direitos e deveres no âmbito social.

No que se refere à presença de interpretes em sala de aula, é tema bastante complexo, pois divergem as opiniões, tendo em vista que no Ensino Regular a presença deste profissional é necessária para o surdo compreender o que está sendo exposto pelos professores, mesmo ainda sendo precária a presença desse profissional no cenário escolar, fato esse que tem desencadeado insegurança no processo de aquisição dos conhecimentos, tendo em vista que a experiência visual no espaço fica restrito a improvisos comunicativos, bem distantes do desenvolvimento almejado por eles. Pois, ainda não vemos a LS em sala de aula configurar como mediadora do processo de aprendizagem, em virtude da ausência do Intérprete de Língua de Sinais (ILS) de muitos espaços educacionais. Mas quando esse profissional se faz presente no espaço da sala de aula, para os alunos é a possibilidade de acesso as informações.

Porém, o problema vem quando toda a responsabilidade de construção do conhecimento fica a mercê do intérprete, onde a responsabilidade é do educador. Neste sentido, para não sobrecarregar um profissional em detrimento a outro, é fundamental que

ambos estabeleçam uma parceria em prol da construção do conhecimento pelos alunos surdos, a fim de que o processo de escolarização do surdo não seja em mero faz de conta. A fala de Lacerda (2002) destaca para a necessidade de o intérprete negociar os conteúdos com o professor e ambos buscarem identificar as dificuldades do educando aprendiz e juntos mediarem o desenvolvimento da aprendizagem do educando surdo. Como também o professor não deve relegar o sucesso ou insucesso do educando ao intérprete.

Vamos observar as falas dos educando surdos no que tange a presença de interpretes em sala de aula:

É muito importante o interprete em sala de aula, por que os professores falam e os surdos não compreendem, então é necessário e é preciso respeitar. Pois muitas vezes o professor não conhece muitas palavras (V M).

É importante por que usando Libras você (surdo) compreende (M J).

Sim, Por que o interprete ajuda muito e ele não está ali só pelo dinheiro, mas para esclarecer, por que na sala de aula sem interprete tem muitas dificuldades (J B).

Como destaca-se as falas dos educandos surdos, os mesmos consideram imprescindível a presença deste profissional na sala de aula, porém é necessário estabelecer o que é de responsabilidade do intérprete, e o que é de responsabilidade do educador e ambos trabalhem juntos para pelo bem comum da aprendizagem dos surdos,

Já no tocante ao do espaço educacional bilíngue, o professor da turma geralmente é proficiente na LS, tanto quanto o instrutor surdo dessa forma o conhecimento não fica nas mãos de terceiros, nem centralizado em um único profissional, mas na mediação entre professor sinalizador e instrutor surdo.

A prática pedagógica do educador em sala de aula influência totalmente no processo de aprendizagem do surdo em sala de aula, tendo em vista que metodologias inadequadas ao perfil dos sujeitos surdos comprometem os sujeitos avançarem rumo a aprendizagem que os possibilite a viver com autonomia no cotidiano e colocando em prática os conhecimentos adquiridos. A seguir ver-se o que afirmaram os educandos surdos da EJA, sobre as práticas pedagógicas aplicadas pelos educadores na turma de educação bilíngue:

Assim do jeito que está aqui é bom por que eu aprendo e interajo com os alunos surdos, faço pesquisas, prático é bom (V M).

Que o ensino fosse através de imagens, por que eu gosto e aprendo desse jeito (K R).

Do jeito que estou aqui na escola esta bom, estou aprendendo por que entendo os sinais e vou memorizando (J B).

A proposta metodológica aplicada aos surdos em sala de aula bilíngue, ou mesmo no Ensino Regular, só será exitosa para os surdos, como aponta a fala dos mesmos, se partir da perspectiva visual, pois os surdos memorizam e aprendem de acordo com metodologias que os aspectos visuais e a LS, sejam um referencial para os surdos. Conforme Rosa (2012, p.161): “na escola para surdos, que reconhece e incorpora a língua de sinais no seu cotidiano, as relações de respeito e reconhecimento do aluno surdo e suas diferenças estão concretizadas e são percebidas por eles”. Neste sentido, a partir LS, o surdo vem ampliar os conhecimentos e escrever novas histórias a partir das vivências na perspectiva visual.

Os surdos de maneira geral têm encontrado um cenário educacional com muitas dificuldades, são poucos os surdos que tenham encontrado um sistema educacional condizente com sua realidade de sinalizador. Daí advém à preocupação se as práticas educacionais favorecem para os surdos adentrarem no mercado formal ou mesmo informais de trabalho, tendo em vista que nem sempre vemos surdos ocupando um espaço de maior visibilidade social e econômica no mercado de trabalho. Por isso, no processo de investigação da pesquisa questionou-se aos entrevistados se as práticas educacionais de sala de aula favorecem que os mesmos adentrem no mercado de trabalho.

Eu acho que sim por que eu já caminho sozinho, vou ao supermercado, eu acredito que sim (V M).

Ajuda, mas não é fácil (K R).

Eu acho que se eu estudar muito eu posso conseguir um emprego (J B).

A capacidade intelectual dos surdos sempre foi medida a partir da falta da audição, relegando estes sujeitos, ao longo da história, ao lugar de deficiente ao serem comparado com os ouvintes, detentores do lugar de ser humano. Por causa do estabelecimento do par binário ouvinte/surdo, que é fixo, no primeiro lugar sempre a norma, a perfeição, no segundo lugar o deficiente ou o que foge a norma. Os surdos têm encontrado muitas dificuldades de inserir-se no mercado de trabalho, ou seja, pelo fato de os surdos não ouvirem são caracterizados como incompetentes de exercer uma atividade laboral, ficando os mesmos impedidos de desempenhar uma atividade profissional de significativa expressão econômica.

Neste sentido, a tão propagada inclusão vem com a proposta de incluir os excluídos, mas no caso dos surdos o processo inclusivo é deficiente, pois não estabelece a comunicação na perspectiva visual como imprescindível, estigmatizado como deficiente seus usuários, ignorando que as diferenças entre os sujeitos são parte da diversidade humana. “Lembrar-se à diversidade que move o mundo, mas isso só ocorre se esta diversidade se interligar” (ROSA,

2012, p.27). Os surdos em meio às propostas de inclusão e integração em nada acrescentam de melhoria para a qualidade educacional e laboral dos mesmos, pois visualizamos estes sujeitos ainda sendo segregado e excluídos destes processos.

O mercado de trabalho é excludente para os sujeitos surdos, sendo um desafio para os mesmos conseguirem acesso a ele ficando os mesmos relegados a espaços laborais de menor prestígio social. Muitas vezes os surdos são impedidos da chance de progredir profissionalmente, tendo em vista que muitos cargos e atividades podem ser desenvolvidas pelos surdos independente da surdez, mas não o são devido a preconceitos cristalizados na sociedade. Traremos a diante o relato dos surdos a cerca das experiências profissionais desempenhadas por eles.

Não nunca trabalhei só nos serviços da minha casa mesmo (K R).

Nunca trabalhei fora, só em casa mesmo. Mas quando a esposa de meu primo teve bebê, eu cuidei do bebê e da casa. Minha tia que me criou, nunca me deixou trabalhar por que eu sou surda (M J).

Eu trabalho de servente de pedreiro, mas está muito difícil agora, uma vez ou outra é que eu consigo trabalhar (J B).

É notório que a visão de deficiência leva os familiares dos surdos a tentarem protegê-los a todo o momento das dificuldades que eles poderão sofrer, tanto nos aspectos educacionais, como profissionais, ou seja, preferem deixá-los dentro do contexto familiar a sair em busca de seus ideais por super proteção.

A surdez foi historicamente denominada como um castigo para o surdo e seus familiares, neste sentido, estes sujeitos foram negligenciados ao descaso e vistos como incapazes, por isso, os surdos estão em desvantagem na igualdade de direitos, tendo em vista que as instituições educacionais, o mercado de trabalho e, enfim a sociedade, lhes relega o lugar de incapaz.

A LS, como exposto anteriormente é a principal marca identitária para os surdos, pois por meio dela estes sujeitos constroem conhecimentos e apreendem saberes e que sistematizados poderão ser postos em prática. Mas é possível observar que em virtude da LS não ser difundida em todos os espaços, muitos conhecimentos e informações não chegam até os surdos, neste sentido questionou-se aos alunos surdos da EJA se eles conheciam a proposta da ES, e o entendimento deles a respeito desta alternativa ao modelo capitalista:

Conheço sim o trabalho da economia solidária. É importante pela valorização das diferenças. Eu agora só tenho 14 anos, mas estando adulto sim, posso trabalhar com a economia solidária e contribuir (V M).

É um tipo de trabalho em empresas, em que todos trabalham juntos, algumas pessoas plantam milho, feijão, outros replantam árvores é uma atividade para a comunidade pobre. Pode ser também o trabalho de confecção de roupas, o grupo se organiza para trabalhar e o salário é dividido em partes iguais para o trabalhador (K R).

Sim conheço a proposta da economia solidária, vi aqui em sala de aula (M J).

Conheço, sei neste tipo de organização a renda é pouca, mas para quem não tem nada esta bom (J B).

A fala dos educandos é bem diversificada para caracterizar a ES, tendo em vista que a alternativa ainda não foi difundida em todos os locais, porém a fala da educanda M J aponta que conheceu a alternativa na escola, um avanço nos conhecimentos e propostas inovadoras para fomentar a vida financeira dos sujeitos. Neste sentido é importante a escola estar aberta a trazer possibilidades para os sujeitos e a partir daí possibilitar que eles possam decidir o que realizam com os conhecimentos adquiridos.

A ES é uma alternativa contra hegemônica ao modelo capitalista que oprime e aprisiona os sujeitos em um paradigma universal, que segrega os menos favorecidos. Portanto a ES, vem oportunizar aos economicamente menos favorecidos uma possibilidade de viver dignamente, uma vez que as diferenças não são postas como limitantes, a cooperação entre grupos, juntamente com a autogestão, vêm favorecer para que os indivíduos vivam com autonomia. Segundo Sardá (SD. p.01) a ES, “trata-se, fundamentalmente, de formas coletivas baseadas na cooperação ativa entre seus membros, com raízes históricas profundas em nossa formação social e histórica”.

A relação dos surdos é marcada por trocas de conhecimentos e cooperação entre ambos, pois só assim conseguem sair das conjunturas sociais, que os invisibiliza e os oprime. “O espírito da ES é cooperar, viver melhor juntos” (GADOTTI, 2009, p.14). Neste sentido a solidariedade, cooperação e inclusão dos surdos, (mas vale salientar que esta inclusão não se restringe a qualquer espaço, mas em locais que eles sejam emancipados e autônomos) e devem favorecer para o desenvolvimento destes sujeitos, de forma que a ES seja uma alternativa viável para situações excludentes dos surdos. Como descreve Singer (2004) que o desenvolvimento na perspectiva solidária respeita a natureza, preserva os valores de igualdade, dignidade na auto realização, sem menosprezar os aspectos evolutivos da ciência e tecnologia, mas desde que passem pela triagem dos valores ambientais, da inclusão social e do sistema autogestionário.

Neste sentido, a ES aponta em seus princípios norteadores propositoras que vem corroborar para erradicar situações excludentes que vivenciadas pelos sujeitos sejam eles

surdos ou não. Assim, foi questionado aos surdos da EJA se seria importante a ES para estes sujeitos:

Sim. Porque é importante trabalhar um ajudando ao outro (V M).

Sim. Porque o trabalho de colaborar uns com os outros é muito importante, é preciso conhecer, viajar para trocar informações, pois é muito importante (K R).

Sim, porque como grupo de pobres poderia conseguir um salário trabalhando, costurando roupas em uma oficina, seria um grupo organizado (M J).

Acho importante para aprender a trabalhar e estudar em equipe para o melhor do trabalho (empreendimento) (J B).

As falas dos educandos apontam para o entendimento acerca da ES como uma atividade colaborativa, de troca de informações, de maneira organizada, em que todos trabalham e estudam as melhores soluções para o empreendimento. Como elucida os estudos de Santos (2000, p.30)

Estamos tão habituados a conceber o conhecimento como um princípio de ordem que é difícil imaginar um conhecimento que funcione pelo princípio da solidariedade. É o desafio, não devemos nos contentar com um pensamento de alternativas, mas um pensamento alternativo às alternativas.

Para os surdos essa alternativa seria uma proposta de melhoria da qualidade de vida, tendo em vista que o mercado formal de trabalho não promove a acessibilidade a estes sujeitos e a ES seria uma possibilidade de exercer um trabalho organizado de forma satisfatória, que respeitaria as diferenças destes sujeitos sem discriminar nem inferiorizar. Como afirma Gadotti (2009) que a ES é sobretudo um processo de aprendizado que prática a ajuda recíproca, solidariedade e igualdade de direitos, e dessa forma que os integrantes dos empreendimentos solidários tenham a oportunidade de melhorar a qualidade de vida e as condições de suas atividades laborais, além de preservar e recuperar os recursos naturais.

A prática pedagógica presente na ES pode ser aplicada nos contextos de educação formal e informal, para tanto é necessário que os sujeitos envolvidos tomem a decisão de optar por uma metodologia popular, que vai promover a solidariedade no ensinar e no aprender. Para isso interrogou-se aos sujeitos surdos se seria interessante uma prática pedagógica a partir dos princípios da ES:

Sim, considero muito importante, pois vejo a minha mãe contribuindo com os outros, não é economia solidária, mas é importante cooperar com os outros (V M).

Sim, por que na economia solidária um ajuda o outro, com confiança no outro (J B).

Percebeu-se que os educandos trazem consigo uma excelente receptividade a práticas pedagógicas inovadoras, desde que estas venham aumentar os conhecimentos e antes de tudo venha por meio da LS, pois somente desta maneira conseguem captar e difundir os saberes. E

as práticas a partir dos princípios da ES vêm contribuir para que os surdos venham valorizar os laços de afetividade e confiança mutuamente. Por isso Kruppa (2005, p.27) vem falar sobre a troca de conhecimento promovido pela ES que “valorizando a capacidade do ser humano em aprender e ensinar, a Economia solidária baseia-se no diálogo, na solidariedade, na autonomia e na autogestão”.

Observa-se que os conhecimentos dos surdos a cerca da ES ainda é incipiente, mas que não os impede de discorrer de forma rudimentar sobre o assunto, e isso só é possível de acontecer, pois os educandos aprenderam através da LS os conhecimentos sobre a ES. Neste sentido, pode-se concluir que os surdos são capazes de construir conhecimentos sobre qualquer temática desde que sejam orientados através da LS.

No processo educacional, é fundamental conhecer o ponto de vista dos educandos, mas também é necessário ouvir aos educadores e no caso da educação de surdos, de proposta bilíngue, temos também o instrutor surdo que é responsável por trabalhar com os educandos os aspectos da LS. Neste sentido a seguir observa-se o relato da educadora e instrutor de Libras da turma de educação bilíngue para surdos da EJA.

Os profissionais que trabalham com turma de EJA para surdos e turma de EJA para ouvintes devem adotar particularidades referentes a cada perfil de alunos, por isso questionamos a educadora e o instrutor de surdos qual a diferença no trabalho realizado para atender estes grupos de pessoas (surdos e ouvintes da EJA):

Eu trabalho como instrutor de surdos, e trabalho para que os alunos aprendam os sinais e os pratique. Que é diferente com os ouvintes por que não precisam aprender os sinais (I B).

A turma é composta apenas por alunos surdos, é diferente por que toda aula parte da perspectiva visual, com a língua de sinais (C L).

Para os alunos surdos da EJA obterem um desempenho satisfatório no campo educacional faz-se necessário que tenha um instrutor surdo, que possa ensinar os sinais que os educandos desconhecem construir juntamente com outros surdos sinais para nominar as pessoas, entre outras atividades. Já o professor trabalha utilizando a LS e atua de forma que possibilite os educandos a está construindo conhecimentos a partir da perspectiva visual com a LS.

A EJA é uma alternativa educacional, que pode transformar vida dos sujeitos que estudam dentro dessa perspectiva independente de sua condição socioeconômica, ou condições de desenvolvimento, como aponta Ireland et al (2005) a EJA é um espaço educacional de reconhecimento e não se configura como ambiente de transmissão de

conhecimento, mas é um local que potencializa a capacidade reflexiva de pensar no caminho adequado para o exercício da cidadania.

Os conteúdos trabalhados na educação de surdos podem ser os mesmos estudados pelos ouvintes, porém no caso dos surdos, os aspectos da cultura surda deve ser levado em consideração, como também o perfil de educando de turma de EJA, que estuda na busca de conseguir um trabalho e também na possibilidade de melhorar de emprego quando os tem. Para tanto é necessário que professor e instrutor busque conteúdos que possam ser trabalhados de acordo com as vivências e realidade dos educandos, pois só assim o processo educacional terá significado e será (re)significado para estes sujeitos. Neste sentido, questionamos os educadores sobre como os conteúdos são trabalhados para atender os alunos surdos e ouvintes:

Os conteúdos são os mesmos que são ensinados nas outras disciplinas, e eu faço a sinalização em libras para os alunos dos conteúdos. Pois o trabalho é realizado de forma interdisciplinar e eu faço um resumo em libras (I B).

Na perspectiva interdisciplinar, onde os conteúdos são ensinados com base no contexto e vivência dos alunos (C L).

Os conteúdos ensinados aos surdos da EJA parte da perspectiva interdisciplinar, em que uma determinada temática pode ser abordada em todas as áreas de conhecimento. Dessa forma está sendo desconstruindo um processo de aprendizagem linear e homogêneo, em que deve-se seguir um modelo comum a todos, em que é ignorado as diferenças e diversidades de sujeitos

Neste sentido as práticas pedagógicas em sala de aula devem ser de acordo com as necessidades educacionais dos educandos, tendo em vista que os sujeitos são diversos e enquanto grupo, apresentam especificidades comum ao grupo e no caso dos surdos a visualidade e dinâmica de grupo, possibilita um melhor desenvolvimento, para sabermos como são as práticas na sala de aula de surdos, questionou-se a professora e instrutor, como ocorre essa prática no cotidiano escolar:

Aqui na escola bilíngue eu trabalho para atender os alunos surdos a partir da perspectiva visual, onde os alunos vêem as imagens e eu vou sinalizando as imagens de casa, árvores, trabalho, empresas, confecção de roupas, entre outros objetos (I B).

Em uma perspectiva visual com slides, cartazes, imagens entre outros (C L).

Os educadores afirmam na fala que trabalham de acordo com a perspectiva visual, uma metodologia que capacita os educandos através da visão e oportuniza os mesmos de apreenderem e memorizarem, o que torna a aprendizagem mais prazerosa e significativa. De

acordo com Perlim e Miranda (2003, *apud* STROBEL, 2008, p. 39) a “Experiência visual significa a utilização da visão em (substituição total à audição), como meio de comunicação”.

Portanto, para os educadores e instrutor promover juntamente com os educandos uma experiência visual, é necessário ambos serem fluentes na LS, e viabilizar aos educandos uma proposta educacional que respeite sua identidade de surdo. No que se refere a fluência linguística em Libras da professora e instrutor de surdo, ambos afirmaram ter conhecimento na LS, o que possibilita um melhor desenvolvimento dos educandos surdos.

Para tanto, a educadora e instrutor devem motivar-se a estar em constante aprendizagem, para atender as necessidades linguísticas dos surdos, tendo em vista que cotidianamente novas palavras são incorporadas ao vocabulário, e os surdos precisam também ter acesso a este vocabulário, tanto na escola como nos espaços comunitários em que frequentam para trocarem informações e está em constante aprendizagem. Mediante este contexto perguntou-se a professora e instrutor surdo se eles se sentem motivados para aprender Libras e o porquê.

Eu preciso sempre está aprendendo, pois a Libras é minha língua (I B).

Sim, por que se faz necessário esse profissional (professor proficiente em Libras) atuando nas escolas e constantemente tenho que está aprendendo (C L. Grifo nosso)

Realmente as falas dos surdos remetem para as necessidades linguísticas dos profissionais que trabalham com os surdos está em constante aprendizagem, pois só assim podem construir com os educandos saberes relevantes para o pleno desenvolvimento do surdo. Pois, como aponta Dorziat (2011, p. 51) “não basta os surdos estarem presentes na sala, mas serem reconhecidos como aprendizes capazes de se desenvolverem na sua plenitude”.

O processo comunicativo entre surdos e professores deve ser alinhado para promover a aprendizagem, pois se não existe a comunicação, conseqüentemente não há aprendizagem, tendo em vista que o compartilhamento da mesma língua entre professores e alunos é o primeiro passo para a realização de um trabalho possa dá bons frutos. Para isso, perguntou-se aos interlocutores (professora e instrutor), como ocorre o processo comunicativo de ambos com os alunos:

A comunicação é boa, eu gosto de conversar e interagir com os alunos surdos (I B).

É boa, por que tem interação de ambas as partes (C L).

A interação linguística entre professores e alunos surdos torna o trabalho do educador e instrutor mais fácil, pois ocorre o entendimento de ambas as partes, assim possibilitam uma

possível aprendizagem. Segundo afirma Arcoverde (2011) é necessário reconhecer e dispor ao surdo a oportunidade de utilizar suas potencialidades e participar dos processos discursivos por meio da LS, tanto quanto no processamento de informações, como aquisição dos conhecimentos.

O processo de aquisição dos conhecimentos dos alunos surdos da EJA deve estar pautado na visão como dito anteriormente, porém não deve restringir-se somente ao uso das imagens, mais buscar meios que o educando possa interpretar e construir a partir dos conhecimentos que dispõe uma (re) significação de acordo com as experiências já acumuladas. Para compreender melhor, questionou-se a educadora e instrutor como é trabalhar na EJA.

É bom, pois tem uma ajuda de um para com os outros, e eu aprendo e ensino ao mesmo tempo, é uma troca é muito bom (I B).

É trabalhar com um público diferente que busca o desenvolvimento em sua plenitude (C L).

O processo de ensino e aprendizagem é marcado por estratégias para alcançar resultados satisfatórios, porém a que permite o educador ensinar e aprender ao mesmo tempo produz resultados superiores, tendo em vista que este movimento constrói um novo saber que coloca os sujeitos aprendizes em um novo cenário de conhecimento. Assim afirma Freire (1996, p. 26): “Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender”. Portanto ensinar e aprender exige compromisso e diálogo.

Os alunos surdos da EJA vivem momentos de exclusão na sociedade, seja na língua mercado de trabalho, e até mesmo no campo educacional, quando estudam na Escola Regular e não tem intérpretes ou professores capacitados linguisticamente na LS, para trabalhar com eles. Por isso questionou-se a educadora e instrutor, qual perspectiva educacional os alunos surdos da EJA chegam a sala de aula.

Eles chegam alegres, e motivados para estudar, por que aprendem a partir da língua que eles sabem e compreendem (I B).

Nem sempre chegam motivados pelo fato de serem adultos e terem uma jornada de trabalho diária de 8 horas, isso torna o aprendizado um pouco lento, mas significativo para a vida (C L)

Nas falas dos profissionais que trabalham com os surdos, observamos uma discordância, em que instrutor afirma que os educandos chegam motivados, enquanto a professora fala que nem sempre chegam motivados, pois diante de um dia de trabalho, chegam cansados. Constatamos que os alunos surdos, não exercem atividades remuneradas no

mercado formal, mas sim as atividades cotidianas, que podem ser entediantes pelo fato de serem repetitivas sem nenhuma atratividade. Porém é possível perceber que a satisfação dos alunos é por que estudam através da LS, o que os motiva a estarem aprendendo e trocando informações, em um espaço que respeita a língua, identidade e cultura do surdo.

Nesta perspectiva a LS é a construtora e transmissora dos conhecimentos, pois os surdos têm nela a mediação para viver dignamente, com autonomia, independente dos outros, tendo em vista que através da LS podem fazer as escolhas e desenvolver o senso crítico para as problemáticas sociais, por isso perguntou-se aos entrevistados qual a importância do conhecimento da LS, para a educação de jovens e adultos surdos da EJA.

É importante para a troca de informações por que só é possível através da língua de sinais (I B).

Total, uma vez que a Libras é a língua materna dos surdos (C L).

Como vê-se nos depoimentos dos profissionais que trabalham na sala de aula bilíngue a LS é o principal artefato de transmissão do conhecimento como também nas trocas de informações, sendo impossível a o surdo se desenvolver em outra língua de forma que esteja capacitado plenamente a viver linguisticamente independente de outras pessoas. Segundo Strobel (2008, p. 45) “Os sujeitos surdos que tem acesso a língua de sinais e participação da comunidade surda tem maior segurança, auto-estima e identidade sadia”.

Mediante a inserção do surdo na LS vislumbra-se situações em que gradativamente estes sujeitos vão se empoderando de sua história enquanto surdo, e busquem melhores perspectivas de recontar sua história e empenhar lutas para adentrar no campo da profissionalização. Por isso é importante o espaço escolar tratar da temática profissional, para que os surdos possam ir ao encontro a está área da vida deles que praticamente permanece invisibilizada. Assim direcionou-se o questionamento à professora e instrutor surdo da EJA, de como eles trabalham o processo de profissionalização com os alunos.

Eu trabalho para que no futuro esses alunos possam ter uma boa leitura, aprender bem matemática; português é mais difícil, mas é possível aprender. Eles precisam aprender para se desenvolver. Eu como instrutor venho ajudando para que futuramente eles possam conseguir ter seu espaço como um bom profissional. E eles vão conseguir (I B).

Sim, através de oficinas de materiais reciclados, e através de vivências e situações cotidianas (C L).

A profissionalização do surdo é uma preocupação constante, pois na região onde se realizou o estudo não vemos os surdos ocupando um espaço no mercado de trabalho, ainda existe uma lacuna nos ambientes comerciais, tendo em vista que a cidade de Sumé não dispõe de fábricas ou indústrias nas quais os surdos pudessem está desenvolvendo atividades

laborais. Ficando as surdas relegadas as atividades cotidianas em casa e os surdos às vezes trabalham como ajudante de pedreiro ou atividade de limpar terrenos, não tendo oportunidade de inserção no mercado formal.

Como se vê o trabalho desenvolvido na escola possibilita que os mesmos possam adquirir uma profissão, visto que oficinas de materiais reciclados é uma excelente atividade que os surdos podem desenvolver de forma autônoma, e até mesmo de forma coletiva em associações de materiais recicláveis. Pois o desenvolvimento humano, intelectual, educacional e financeiro pode acontecer de formas múltiplas e levando em consideração as especificidades dos sujeitos.

A ES poderia oferecer aos surdos uma alternativa de vida em que poderiam viver emancipados, de forma que os surdos pudessem estar integrados em um grupo, exercer uma atividade colaborativa, que respeita as diferenças, e também por ter a autogestão como um de seus princípios poderia colaborar para que os surdos pudessem habituar-se a expressar a sua opinião de forma democrática, independente dos quereres dos ouvintes. Por isso perguntou-se a professora e instrutor se eles conheciam a proposta da ES.

Conheço, a proposta de ajudar o outro e outro ajudar, e de todos se ajudarem. E ter a responsabilidade, compromisso e organização (I B).

Conheço (C L).

Vê-se, sobretudo na fala do instrutor surdo, o seu entendimento a respeito da ES, que conhece e fala a respeito dos princípios que norteiam esta proposta, mesmo que seja de forma simples, apontando a necessidade de se organizarem para efetivar a ES. Neste sentido a fala de Gadotti (2009, p. 99), vem confirmar a fala do instrutor I B:

A característica da economia solidária não é a ausência de lucro ou acumulação, mas a forma de organizar atividade econômica com base em relações igualitárias e formas de consumo justas, responsáveis e sustentáveis. O que importa é que o valor da solidariedade esteja presente em todo o processo econômico de produção, circulação, consumo e acumulação.

Assim sendo, a ES vem cooperar para os sujeitos venham a estabelecer relações de igualdade independente das diferenças que venham a existir pois a estrutura da ES, vem colaborar com a valorização do ser humano e não com o que ele pode oferecer de lucratividade. Por isso, interrogou-se a professora e instrutor se eles consideravam importante a ES, para os surdos.

Por que esse trabalho não tem diferença, preconceito, por exemplo, em um trabalho de confecção de roupas pode trabalhar homens, mulheres, de modo organizado,

onde cada um tem uma função. A economia solidária também trabalha respeitando a natureza, o meio ambiente. Não pode maltratar os animais, pois já vi na televisão aqui no Brasil, a polícia ambiental prendendo homens por conta de queimadas, maus tratos a animais, corte de árvores e muitas outras coisas. E não pode é preciso que agente respeite o meio ambiente (I B).

Sim pelo fato de serem grupos minoritários, de terem um líder, que em conjunto lutam pelos direitos na sociedade, e que muitas vezes são negados (C L).

O depoimento dos profissionais que trabalham com os surdos vem expor que a alternativa da ES poderia ser uma possibilidade de desenvolvimento para estes sujeitos se eles assim o quisessem, pois é necessário que os sujeitos possam fazer suas escolhas de acordo com que acham relevante para a sua vida.

A ES como alternativa aos surdos vem colaborar tendo em vista que enquanto grupos organizados lutam por melhores condições de vida, que possam exercer a cidadania de fato, de acordo com o que rege a Lei brasileira, não apenas figurar, mas sim ser o protagonista da história de vida, política e social.

A fala dos profissionais e surdos entrevistados coloca a ES como uma alternativa que poderia ser viável aos surdos, pois cotidianamente visualiza-se os mesmos serem excluídos dos contextos sociais, mesmo lutando para que isso não aconteça. A proposta da ES, seria uma possibilidade para que os sujeitos surdos da EJA saíssem da invisibilidade social e pudessem alcançar outros espaços.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O contexto histórico, educacional e laboral dos surdos remete para aspectos de negação e invisibilidade, não por incapacidade física e intelectual, mas por preconceito e construção estereotipada direcionada a estes sujeitos. Mesmo a Libras tendo reconhecimento desde 2002, ainda vivencia-se situações de tentar normatizar aos surdos para enquadrá-los no modelo, ainda hegemônico dos ouvintes sendo-lhes negado o direito de viver diferentemente destes.

A sociedade capitalista visa que o maior número de pessoas possa dar lucratividade ao sistema, e não aceita pessoas que para eles são “defeituosas e incompetentes”, tendo em vista que estas podem atrapalhar o andamento do sistema. Por isso, vivenciamos cotidianamente pessoas que são surdas estarem à margem tanto do sistema educacional, quanto do mercado de trabalho e quando conseguem uma vaga, não têm comprovação em carteira. Em alguns casos quando conseguem um trabalho é em condições degradantes, por isso é necessário os sujeitos surdos e excluídos da sociedade buscar meios para sair do apagamento e silenciamento.

Os sujeitos surdos atualmente vivem o paradigma da inclusão, mas podemos perceber que essa perspectiva pouco tem contribuído para melhoria da sua vida, pois os mesmos têm permanecido na exclusão. Então, é de se convir que essa perspectiva não trouxe benefícios reais aos surdos, pois ainda permanecem à margem da sociedade. Um dado importante comprovado na pesquisa é que para os surdos a LS possibilita total e pleno desenvolvimento, que nenhuma outra língua pode atender as especificidades destes sujeitos. Por isso é necessário que a Libras seja respeitada e introduzida nos espaços educacionais e sociais a fim de respeitar o direito do surdo.

A ES poderia ser uma alternativa que tiraria o surdo do contexto da exclusão a que estão postos, pois beneficiaria com uma atividade em grupo, que teriam autonomia para tomar as decisões, poderiam ter um rendimento financeiro e uma atividade para exercer. Visto que muitos surdos não exercem uma atividade no mercado formal ou informal de trabalho por falta de oportunidade.

A diferença linguística e cultural não impede os surdos desempenharem as atividades que desejarem, tendo em vista que o problema não está no surdo, mas nas pessoas que com uma visão preconceituosa não aceitam o modelo linguístico e cultural dos surdos, ocasionando aos mesmos situações opressoras e excludentes.

Neste sentido, a ES poderia tirar o surdo do anonimato em que se encontra e oportunizar a inserção dos mesmos em uma atividade laboral, mas esse tipo de atividade só poderia ser benéfica para os surdos se eles quisessem está desempenhando este tipo de atividade, pois os mesmos tem total liberdade e direito de fazer as escolhas referente a vida deles e (re)contar a história de vida, que há tanto tempo é marcada pelo negativismo e exclusão.

As possibilidades expostas nesse trabalho são apenas uma introdução a um campo de pesquisa vasto e promissor, pois é um estudo incipiente frente às realidades e vivências destes sujeitos pesquisados. Como também a ES é uma área em ascensão para estudos, pois na conjuntura atual se torna cada vez mais relevante pesquisas nestas áreas mediante o contexto de dificuldades a que muitos sujeitos estão expostos.

REFERÊNCIAS

- ARCOVERDE, R. D. de L. Dos desencontros com a linguagem escrita a um encontro plurilinguístico. In: DORZIAT, A. (org). **Estudos Surdos: diferentes olhares**. Porto Alegre: Mediação, 2011.
- ARRUDA, M. Redes, Educação, e Economia Solidária: novas formas de pensar a educação de jovens e adultos. In KRUPPA, S. M. P (org.). **ECONOMIA SOLIDÁRIA E EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**. Brasília: Inep, 2005.
- BECHTOLD, P. B.; WEISS, S. L. I. **A Inclusão das Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais no Mercado de Trabalho**. Leonardo Póss, Santa Catarina, v. 1, 2003, p. 02-10 Disponível em: <<http://www.posuniasselvi.com.br/artigos/rev03-03.pdf>>. Acesso em: 5. Abril. 2017.
- BEHRENS, M, A. **Paradigma da complexidade: metodologias de projetos, contratos didáticos, e portfólios**. Petrópolis. RJ: Vozes, 2006.
- BERNARDIM, M. L. Educação do trabalhador: da escolaridade tardia à educação necessária. BRASIL. **A inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho**. 2 ed. Guarapuava: Unicentro, 2007. Disponível em <http://www.pgge.ufpr.br/teses/M06_bernardim.pdf> Acesso 21 de Fevereiro de 2017.
- BOGDAN, R. C; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação**. Trad. Maria João Alvarez, Sara Bahia dos Santos e Telmo Mourinho Baptista. Portugal: Porto Editora. 1991.
- BRASIL. **Lei da acessibilidade**. Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/43/Livro%20-%20Acessibilidade.pdf?sequence=5>> Acesso em 13 de dezembro de 2015.
- _____. Ministério da Saúde. **Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 466/2012: diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos**. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. Disponível em <<http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>> Acesso em 09 de setembro de 2015.
- _____. **Lei Nº 8.213, de 24 de julho de 1991**. Disponível em <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8213cons.htm> Acesso em 10 de Outubro de 2015.
- _____. **Lei nº. 10.098, de 19 de Dezembro de 2000**. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10098.htm. Acesso em 16 de agosto de 2016.
- _____. **Lei 10.436/02, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências

_____. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional**: nº 9394/96. Brasília: 1996. Disponível em < <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>> Acesso em 14 de agosto de 2015.

_____. **A inclusão de Pessoas com deficiência no mercado de trabalho**. 2ed. Brasília: Ministério do Trabalho e do Emprego. Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT), 2007.

CARVALHO, S. M. C. R. de. Exclusão/Inclusão e Cidadania. In: **Sinais e Sentidos em Educação**. Políticas Educacionais e Psicologia da Educação. vol II. CAMPELO, Maria da Conceição Miranda (Org). João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2010.

CATTANI, A. D. **Trabalho e autonomia**. 2. Ed. Porto Alegre: Vozes, 2000, p.19-72.

COLL, C; MARCHESI, Á; PALACIOS, J. **Desenvolvimento psicológico e educação**. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

CORRÊA. L. O. R. Economia popular, solidária e autogestão: o papel da educação de adultos neste novo cenário (tendo como perspectiva a atuação da UFRGS). In **Economia Solidária: educação necessária**. Guarapuava: Unicentro, 2007.

DORZIAT, A. **Estudos Surdos: diferentes olhares**. Porto Alegre: Mediação, 2011.

FALCÃO, L. A. **Surdez, Cognição Visual e LIBRAS: conhecendo novos diálogos**. Recife: Editora do Autor, 2010.

FARIA. E. M. B. de. **Língua de Sinais um instrumento viabilizador do desenvolvimento cognitivo e interacional do surdo**. In: DORZIAT, A. **Estudos Surdos: diferentes olhares**. Porto Alegre: Mediação, 2011.

FERNANDES, A. da P. **O diálogo entre trabalho e educação de Jovens e Adultos: e a formação do cidadão**. Disponível em <<http://27reuniao.anped.org.br/gt18/t183.pdf>>. Acesso em 25/05/2016.

FERNANDES, S. de F. **Práticas de letramento na educação bilíngüe para surdos** / Sueli F. Fernandes. – Curitiba: SEED, 2006. Disponível em < http://www.cultura-sorda.org/wp-content/uploads/2015/03/Fernandes_praticas_letamentos-surdos_2006.pdf> Acesso em 27 de março de 2017.

FERREIRA, W. B. **EJA & Deficiência**: estudo da oferta da modalidade da EJA para estudantes com deficiência. In.: PAIVA, J.; BARBOSA, M. J.; Recife: Gráfica J. Luiz Vasconcelos, 2005. Disponível em <: <http://www.ufpe.br/cead/eja/textos/windz.pdf>.> Acesso em 03 de Fevereiro de 2017.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

_____, P. **Pedagogia da autonomia**: Saberes necessários à prática educativa- São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____, P. **Cartas a Cristina**, p. 193. Editora Unesp 2ª edição revista, 2002.

_____. P. **Educação e mudança**-34 ed Rev e atual- São Paulo. Paz e Terra, 2011

FURTADO, Q. V. F. **Jovens na educação de jovens e adultos: Produção do fracasso e de resistência no cotidiano escolar**. João Pessoa: Editora do CCTA/ UFPB, 2015.

GADOTTI, M. **Economia Solidária como Práxis Pedagógica**- São Paulo. Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

GALLO, A. R e *et al.* **Incubadora de cooperativas populares: uma alternativa à precarização do trabalho**. In: **Economia solidária volume 1**. SD. Disponível em < <http://www.uff.br/incubadoraecosol/docs/ecosolv1.pdf>> Acesso em 22 de junho de 2017.

GESSER, A. **Libras?: que língua é essa?: crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

_____, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas 2010

IRELAND, T. D; MACHADO, M. M. e COSTA IRELAND, V. E. J. da. In: KRUPPA, S. M. P. **Economia Solidária e Educação de Jovens e Adultos**. Brasília. INEP. 2005.

KLEIN, M. **Os discursos sobre surdez, trabalho e educação e a formação do surdo trabalhador**. In: SKLIAR, C. B. (Org). **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. 3. Ed. Porto Alegre: Mediação, 2009.

KRUPPA, S. M. P. **Economia solidária e educação de jovens e adultos**– Brasília: Inep, 2005.

LACERDA, C. B. F. **O intérprete educacional de língua de sinais no ensino fundamental: refletindo sobre limites e possibilidades**. In: LODI, A C B. (et al.) **Letramento e minorias**. 2ª edição. Mediação, Porto Alegre: 2003. Disponível em < <http://portal.sme.prefeitura.sp.gov.br/Portals/1/Files/20014.pdf>> Acesso em 15 de Fevereiro de 2017.

_____, C. B. F. de. **Atendimento educacional especializado: necessidades educativas do sujeito surdo**. In: **Anais VI Seminário educacional de pesquisas em educação especial: Prática pedagógica na educação especial: multiplicidade do atendimento educacional especializado**. UFES, UFRGS, UFScar. Nova Almeida. ES, 2011.

LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. Ed – São Paulo: Atlas, 2010.

MACHADO, P. C. **A Política Educacional de Integração/Inclusão: um olhar do egresso surdo**. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2008.

MARTINS JUNIOR, J. **Como escrever trabalhos de conclusão de curso: instruções para planejar e montar, desenvolver, concluir, redigir e apresentar trabalhos monográficos e artigos.** 6 ed. Revista e atualizada. Petrópolis, RJ. Vozes, 2012.

MARX, K. In: **O Capital: Crítica da Economia Política.** Livro I, Rio de Janeiro: ed. Civilização Brasileira, 2001, vol. I e II.

MOURA, M. C. de. **O Surdo: caminhos para uma nova identidade.** Rio de Janeiro: Editora Revinter, 2000.

NASCIMENTO, A. F. do **Contexto histórico, linguístico e educacional dos surdos, ao longo dos tempos: Um novo paradigma construído na realidade da escola bilíngue para surdos em Sumé – PB.** Monografia (Graduação no Curso de Licenciatura em Educação do Campo). UFCG- 2014.

OLIVEIRA, E. C. de. **Educação de Jovens e Adultos com necessidades especiais: rastreando alguns apontamentos para reflexão.** Trabalho apresentado no XI Seminário Capixaba de Educação Inclusiva, 2008, Vitória/ES. Educação inclusiva de crianças, adolescentes, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais: desafios às pesquisas, práticas pedagógicas e políticas educacionais. Vitória, 2008, p. 69-83. Disponível em <http://www.forumcapixaba-ei.com.br/pdf/anais-xi-seminario-capixaba-de-educacao-inclusiva-2008.pdf>>. Acesso em 18 de Fevereiro 2017.

PERLIM, G. Identidades surdas. In: SKLIAR (Org.). **A surdez: um olhar sobre as diferenças.** Porto Alegre: Mediação, 1998.

PERLIN, G; MIRANDA, W. **Surdos: o narrar e a política.** In Estudos surdos. Apud STROBEL, K. **As imagens do outro sobre a cultura surda.** Florianópolis: Ed da UFSC, 2008.

PAGNUSSATT, A. **Guia do cooperativismo de crédito.** Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2004

PORTO, S. B. das N. NASCIMENTO, A. F. do. QUARESMA, R. M. Desafios e perspectivas para movimento surdo em Sumé, no Cariri Paraibano. In: SILVA, J. I. A. de O. et al (org.). **Cidadania, Educação e Direitos Humanos no Semiárido.** Campina Grande – PB: EDUFCG, 2012.

QUADROS, R. M. de. **Ideias para ensinar português para alunos surdos.** Brasília: MEC, SEESP, 2006.

ROSA, E. F. **Identidades Surdas: o identificar do surdo na sociedade.** In: PERLIN, G; STUMPF, M. (orgs). **Um olhar sobre nós surdos: leituras contemporâneas.** Curitiba - PR: CRV, 2012.

SANTOS, B. de S. **A crítica da Razão Indolente: contra o desperdício da experiência,** v. 1. São Paulo. Cortez, 2000.

_____, B. de S (org). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista,** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, J. V. T. dos. **Democracia, Poderes e Segurança**: reflexões. Sociologias [online]. 2010, n.23, p.14-19. Acesso em 13 de maio de 2016.

SARDÁ M. **Economia solidária como alternativa**. Disponível em <<http://diplomatie.org.br/economia-solidaria-como-alternativa/>> Acesso em 20 de abril de 2017.

SERRANO, R. M. S. M. **Economia solidária e educação popular**: ações libertárias ao capitalismo. [S.l:s.n.].

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**- 23 Ed. rev. e atual- São Paulo: Cortez, 2007.

SHEPPARD, M. *Social work and social exclusion: the idea of practice*. Aldershot: Ashgate, 2006. Apud BORBA, A. A. LIMA, H. M. **Exclusão e inclusão social nas sociedades modernas**: um olhar sobre a situação em Portugal e na União Europeia. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n106/n106a03.pdf>>. Acesso em 15 de março de 2017, as 07h15min.

SINGER, P. **Introdução a economia solidária** – 1ª Ed.- São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

_____, P. **Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário**. Estudos avançados. vol.18 (51), São Paulo May/Aug. 2004.

_____, P. Economia Solidária como ato pedagógico. In: KRUPPA, Sonia M. Portella. **Economia Solidária e Educação de Jovens e Adultos**. Brasília. INEP. 2005.

SOARES, M. A. L. **A Educação do surdo no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados; Bragança Paulista, 1999.

SKLIAR, C. **A surdez**: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Ed. Mediação, 1998.

SKLIAR, C. B. **Os Estudos Surdos em Educação: problematizando a normalidade**. Porto Alegre: Editora Mediação, 2005.

STROBEL, K. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. Florianópolis: Ed da UFSC, 2008.

_____, K. **História da educação de surdos**. Florianópolis, UFSC, 2009, p.16-29.

STOBAUS, C. D; MOSQUERA, J. J. M. **Educação Especial**: em direção a educação inclusiva. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

SUMÉ. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Educação. **Projeto Político Pedagógico da Escola Presidente Vargas- Sumé/ PB**: uma construção coletiva. In projeto Político Pedagógico. Sumé/ PB. 2015.

WOLFF, S. **O espectro da reificação em uma empresa de telecomunicações**: o processo de trabalho sob os novos parâmetros gerenciais e tecnológicos. Campinas: Unicamp, 2004, p.01-22. Disponível em <<http://www.repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/279883/1/Wolff,%20Simone.pdf>> Acesso em 17 de Novembro de 2016.

WOOD, E. M. **A origem do capitalismo**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001, p.12-15. Disponível em <<https://pt.scribd.com/document/342653715/WOOD-Allen-Meiksins-A-origem-do-capitalismo-pdf>> Acesso em 03 de Abril de 2017.

APÊNDICE A:



CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO-CDSA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, COM
ÊNFASE EM ECONOMIA SOLIDÁRIA

SOLICITAÇÃO

Eu, Adriana Farias do Nascimento, venho mui respeitosamente solicitar a V. Sa. autorização para coleta de dados para realização da pesquisa inicialmente intitulada ECONOMIA SOLIDÁRIA E EDUCAÇÃO DE SURDOS: Estudo Reflexivo com alunos surdos da EJA em Sumé- PB, realizada como requisito para elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos, com Ênfase em Economia Solidária, da Universidade Federal de Campina Grande, sob orientação da professora.

A citada pesquisa utilizará como amostra os quatro alunos Surdos da EJA, uma professora e um instrutor de surdos, da Escola Presidente Vargas em Sumé, e objetiva compreender o processo de ensino e aprendizagem, a partir da realidade que vivenciam.

A handwritten signature in blue ink that reads 'Adriana Farias do Nascimento'.

Adriana Farias do Nascimento
Aluna Pesquisadora

A handwritten signature in black ink that reads 'Thelma Flaviana Rodrigues dos Santos'.

Thelma Flaviana Rodrigues dos
Santos
Professora Orientadora

APÊNDICE B**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

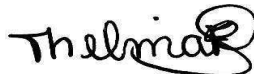
Prezado (a) Sr. (a)

Eu, Adriana Farias do Nascimento, como aluna do Curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos, com Ênfase em Economia Solidária, da Universidade Federal de Campina Grande, pretendo desenvolver uma pesquisa com alunos surdos da Escola Presidente Vargas, inicialmente intitulada de ECONOMIA SOLIDÁRIA E EDUCAÇÃO DE SURDOS: Estudo Reflexivo com alunos surdos da EJA em Sumé- PB, sob orientação da professora Thelma Flaviana (pesquisadora responsável).

As razões que me levam a estudar o assunto é compreender como ocorre a viabilidade de aplicação dos princípios da economia solidária com os alunos surdos da EJA. Os dados serão coletados a partir de utilização de um roteiro de entrevista e caderno de campo.

Informamos que será garantido o direito ao anonimato, assegurado sua privacidade. Você será livre para retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária, não irá acarretar qualquer dano nem custos para você. Esclarecemos que não será disponível nenhuma compensação financeira e que os dados contidos nesta investigação serão divulgados em eventos científicos da categoria e em periódicos.

Diante do exposto, reitero minha responsabilidade no referido estudo, através da assinatura abaixo.



Professora: Thelma Flaviana Rodrigues dos Santos

Tel: (83) 99677-0872

Consentimento do Voluntário

Declaro que fui devidamente esclarecido (a) e admito que revisei totalmente e entendi o conteúdo deste termo de consentimento.

Eu _____, aceito participar desta pesquisa desde que assegurado o anonimato. De minha parte o faço de livre e espontânea vontade, não tendo sido forçado (a) ou coagido (a) para tal, e ciente de que os dados serão usados pela responsável pela pesquisa com propósitos científicos. Estou ciente também que receberei uma cópia deste documento.

Sumé, _____

Assinatura do participante

Atenciosamente

Contato da pesquisadora responsável (trabalho):

Telefone contato: (83) 99677-0872/ E-mail: thelfrs@yahoo.com.br

APÊNDICE C

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO

PROF:

ALUNA PESQUISADORA: ADRIANA FARIAS DO NASCIMENTO

ROTEIRO DE CONDUÇÃO DA ENTREVISTA PARA EDUCADORES

Dados pessoais:

Nome-

Formação-

Disciplina que leciona-

Tempo que atua na educação-

1. Como se diferencia a docência com uma turma de surdos e ouvintes na EJA?
2. Como os conteúdos são trabalhados na perspectiva de atender os alunos surdos e ouvintes na EJA?
3. Quais são as práticas pedagógicas mais recorrentes em sala de aula para atender ambos os perfis de alunos?
4. Você tem conhecimento da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS?
 Sim Não
- Boa
- Média
- Insuficiente
5. Você sente-se motivado para aprender LIBRAS? Por quê?
6. Como é a sua comunicação com os alunos surdos?
7. Como é trabalhar na EJA?
8. Qual perspectiva educacional que os alunos da EJA, chegam a sala de aula?
9. Qual a importância do conhecimento da língua de sinais para a educação de jovens e adultos surdos?
10. Você trabalha o processo de profissionalização com os alunos?
11. Você conhece a proposta da Economia solidária?
12. Você acredita que seria viável a perspectiva de economia solidária para os alunos surdos da EJA? Por quê?

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO

ALUNO(A):

ALUNA PESQUISADORA: ADRIANA FARIAS DO NASCIMENTO

ROTEIRO DE CONDUÇÃO DA ENTREVISTA PARA EDUCANDOS

Dados pessoais:

Idade-

Cidade-

Zona rural ou zona urbana-

Escolaridade-

Profissão-

Motivo da surdez-

01. Qual experiência escolar já teve anteriormente? Escola regular, Escola bilíngue, EJA. Relatar essa vivência.
02. Quais foram às dificuldades?
03. Por que escolheu estudar em uma turma de EJA?
04. Como professor trabalha para promover a sua aprendizagem, enquanto aluno surdo da EJA? Explique?
05. Como é a comunicação e interação com os professores?
06. Como é a interação e comunicação com os colegas ouvintes?
07. O ensino promovido pelo educador possibilita a sua aprendizagem?
08. Você considera necessária a presença de intérprete em sala de aula? Por quê?
09. Como você gostaria que fosse realizada a prática pedagógica em sala de aula? E que tipo de prática?
10. Você acha que, da maneira como é construída, a educação escolar contribui para a sua inserção no mercado de trabalho?
11. Você tem ou já teve alguma experiência profissional? Comente um pouco sobre elas. Quais as principais dificuldades encontradas nesta(s) experiências?
12. Você conhece a proposta da economia solidária? Caso sim o que você entende por ES?
13. Você acredita que seria importante a economia solidária para os surdos?
14. Você acredita que seria interessante uma prática pedagógica a partir dos princípios da economia solidária?

APENDICE D**AUTORIZAÇÃO DE USO DE DADOS**

Declaramos para os devidos fins, que autorizamos à pesquisadora **ADRIANA FARIAS DO NASCIMENTO**, a utilizar o nome da Unidade Municipal de Ensino Infantil e Ensino Fundamental Presidente Vargas, em Sumé/PB, em sua pesquisa intitulada **ECONOMIA SOLIDÁRIA E EDUCAÇÃO DE SURDOS: Estudo Reflexivo com alunos surdos da EJA em Sumé-PB**, sob orientação da professora Thelma Flaviana Rodrigues dos Santos.

Comprometendo-se a mesma a utilizar os dados pessoais dos sujeitos da pesquisa, exclusivamente para os fins científicos, mantendo o sigilo e garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades.

Gestora da Instituição
Sumé, 17 de Maio de 2017

APÊNDICE E

Transcrição da entrevista

VM

1. Qual experiência escolar já teve anteriormente? Escola regular, Escola bilíngue, EJA. Relatar essa vivência.

A tarde estudo na escola inclusiva, é muito ruim e muito difícil; o professor fala e oraliza e eu surdo. Quando eu iniciei na escola bilíngue em 2012 eu não conhecia nada e o instrutor Danilo junto com a professora Clara começaram ensinando e eu aprendi.

2. Quais foram às dificuldades?

Na escola regular é muito difícil, por que era muito ruim; e eu não gosto.

3. Por que escolheu estudar em uma turma de EJA?

Por que eu gosto muito de estudar com os surdos aqui

4. Como professor trabalha para promover a sua aprendizagem, enquanto aluno surdo da EJA? Explique?

É bom, aqui eu gosto de estudar a tarde não.

5. Como é a comunicação e interação com os professores?

Na escola regular não tem comunicação, na escola bilíngue a comunicação é boa.

6. Como e a interação e comunicação com os colegas ouvintes?

Com os colegas ouvintes da escola não tem interação, só com os surdos em sala de aula, os ouvintes acabam ignorando os surdos, por que eu sou surdo ninguém se aproxima.

7. O ensino promovido pelo educador possibilita a sua aprendizagem?

Ajuda sim na aprendizagem e na comunicação.

8. Você considera necessária a presença de interprete em sala de aula? Por quê?

É muito importante o interprete em sala de aula, por que os professores falam e os surdos não compreendem, então é necessário e é preciso respeitar. Pois muitas vezes o professor não conhece muitas palavras

9. Como você gostaria que fosse realizada a prática pedagógica em sala de aula? E que tipo de prática?

Assim do jeito que está aqui é bom por que eu aprendo e interajo com os alunos surdos, faço pesquisas, prático é bom.

10. Você acha que, da maneira como é construída, a educação escolar contribui para a sua inserção no mercado de trabalho?

Eu acho que sim por que eu já caminho sozinho, vou ao supermercado, eu acredito que sim.

11. Você tem ou já teve alguma experiência profissional? Comente um pouco sobre elas. Quais as principais dificuldades encontradas nesta(s) experiências?

Nunca trabalhei não, só estudo

12. Você conhece a proposta da economia solidária? Caso sim o que você entende por ES? *Conheço sim o trabalho da economia solidária. É importante pela valorização das diferenças. Eu agora só tenho 14 anos, mas estando adulto sim, posso trabalhar com a economia solidária e contribuir.*

13. Você acredita que seria importante a economia solidaria para os surdos?

Sim. Porque é importante trabalhar um ajudando ao outro.

14. Você acredita que seria interessante uma prática pedagógica a partir dos princípios da economia solidária?

Sim, considero muito importante, pois vejo a minha mãe contribuindo com os outros, não é economia solidaria, mas é importante cooperar com os outros.

Dados pessoais: 02

K R

1. Qual experiência escolar já teve anteriormente? Escola regular, Escola bilíngue, EJA. Relatar essa vivência.

Eu não estudei não escola regular. Só estudei na escola bilíngue é muito bom estudar aqui, eu gosto.

2. Quais foram às dificuldades?

Eu acho um pouco difícil, por que eu não conhecia a libras antes e aprendi aqui na escola em casa eu não sabia nada por que não tinha surdo pra conversar.

3. Por que escolheu estudar em uma turma de EJA?

Por que eu gosto muito daqui, e eles todos me ajudam.

4. Como professor trabalha para promover a sua aprendizagem, enquanto aluno surdo da EJA? Explique?

As atividades são boas por que facilitam para eu aprender; a professora utiliza a libras para passar as atividades, que é mais de forma visual.

5. Como é a comunicação e interação com os professores?

Eu gosto muito, pois é divertido, muito bom, desejo que outros surdos tenham a sorte que temos de estudar assim.

6. Como e a interação e comunicação com os colegas ouvintes?

Não tem interação, eu só observo e vou embora.

7. O ensino promovido pelo educador possibilita a sua aprendizagem?

Aprendo muito.

8. Você considera necessária a presença de interprete em sala de aula? Por quê?

Por que é importante ter uma pessoa para clarear as coisas pra gente.

9. Como você gostaria que fosse realizada a prática pedagógica em sala de aula? E que tipo de prática?

Que o ensino fosse através de imagens, por que eu gosto e aprendo desse jeito

10. Você acha que, da maneira como é construída, a educação escolar contribui para a sua inserção no mercado de trabalho?

Ajuda, mas não é fácil.

11. Você tem ou já teve alguma experiência profissional? Comente um pouco sobre elas. Quais as principais dificuldades encontradas nesta(s) experiências?

Não nunca trabalhei só nos serviços da minha casa mesmo.

12. Você conhece a proposta da economia solidária? Caso sim o que você entende por ES? É um tipo de trabalho em empresas, em que todos trabalham juntos, algumas pessoas plantam milho, feijão, outros replantam arvores é uma atividade para a comunidade pobre. Pode ser também o trabalho de confecção de roupas, o grupo se organiza para trabalhar e o salário é dividido em partes iguais para o trabalhador

13. Você acredita que seria importante a economia solidaria para os surdos?

Sim. Por que o trabalho de colaborar uns com os outros é muito importante, é preciso conhecer, viajar para trocar informações, pois é muito importante.

14. Você acredita que seria interessante uma prática pedagógica a partir dos princípios da economia solidária?

Acho que sim, pois é muito importante cooperar.

Dados Pessoais 03:

M J

1. Qual experiência escolar já teve anteriormente? Escola regular, Escola bilíngue, EJA. Relatar essa vivência.

Quando eu era criança uma professora me ensinou em casa, eu nunca tinha estudado em escola bilíngue, a primeira vez foi lá na escola Zélia Braz, na Várzea Redonda.

2. Quais foram às dificuldades?

Quando estudei na escola regular, quando era criança, a professora falava e oralizava, e eu não aprendi nada. A professora foi embora e eu não estudei mais, e eu não aprendi nada. Depois disso parei de estudar, por que eu era surda não falava e não assimilava nada.

3. Por que escolheu estudar em uma turma de EJA?

Antes o meu esposo é ouvinte e não deixava eu estudar, por que ele tinha ciúmes, mas já hoje ele deixa eu estudar.

4. Como professor trabalha para promover a sua aprendizagem, enquanto aluno surdo da EJA? Explique?

Aqui na escola bilíngue eu aprendi um pouco, por que antes eu não sabia de nada. E não compreendia nada e hoje eu aprendo; hoje eu estou muito bem e espero crescer muito mais no aprender.

5. Como é a comunicação e interação com os professores?

Antes era diferente e eu não compreendia nada e hoje eu entendo sim, pois quando eu era criança, eu só escrevia e não entendia nada, só copiava mesmo e não aprendia nada.

6. Como é a interação e comunicação com os colegas ouvintes?

A comunicação é boa com os surdos, mas com os alunos ouvintes, não tem comunicação, eu não conheço eles e não converso nada com eles.

7. O ensino promovido pelo educador possibilita a sua aprendizagem?

Eu consigo aprender e gosto muito, por que em casa fico triste, se assisto televisão os olhos doem e não escuto nada. Aqui é bom, eu pedi ao meu marido e ele deixou estudar, mas mandou eu ter cuidado nos drogados, eu tenho muito medo de estupro, eu preciso ter cuidado em estupro, roubo e até me matar, meu marido tem medo, por que tem ciúmes de mim.

8. Você considera necessária a presença de intérprete em sala de aula? Por quê?

É importante por que usando Libras você (surdo) aprende.

9. Como você gostaria que fosse realizada a prática pedagógica em sala de aula? E que tipo de prática?

Não soube responder...

10. Você acha que, da maneira como é construída, a educação escolar contribui para a sua inserção no mercado de trabalho?

Sim. Acho.

11. Você tem ou já teve alguma experiência profissional? Comente um pouco sobre elas. Quais as principais dificuldades encontradas nesta(s) experiências?

Nunca trabalhei fora, só em casa mesmo. Mas quando a esposa de meu primo teve bebe, eu cuidei do bebe e da casa. Minha tia que me criou, nunca me deixou trabalhar por que eu sou surda.

12. Você conhece a proposta da economia solidária? Caso sim o que você entende por ES?
Sim conheço a proposta da economia solidária, vi aqui em sala de aula.

13. Você acredita que seria importante a economia solidaria para os surdos?
Sim, por que como grupo de pobres poderia conseguir um salário trabalhando, costurando roupas em uma oficina, seria um grupo organizado.

14. Você acredita que seria interessante uma prática pedagógica a partir dos princípios da economia solidária?
Acho importante, mas não sei explicar.

Dados pessoais 04:

J B

1. Qual experiência escolar já teve anteriormente? Escola regular, Escola bilíngue, EJA.
Relatar essa vivência.

Todos os dias eu ia pra escola regular, não gostava, era muito barulho, crianças correndo era difícil, mas só me identifiquei com a escola bilíngue, que eu amo a escola bilíngue, amo está com os surdos

2. Quais foram às dificuldades?

Quando estudava com as crianças na escola inclusiva, era ruim, por que eu sou surdo e elas ouvintes.

3. Por que escolheu estudar em uma turma de EJA?

Porque sou surdo, e para o surdo é melhor a turma bilíngue.

4. Como professor trabalha para promover a sua aprendizagem, enquanto aluno surdo da EJA? Explique?

O instrutor ensina, e eu aprendo, por que entendo.

5. Como é a comunicação e interação com os professores?

É boa, a comunicação é boa, por que é em libras.

6. Como e a interação e comunicação com os colegas ouvintes?

A comunicação só é boa com minhas colegas surdas que gosto muito de conversar com elas. Com os ouvintes eu não gosto, por que sou surdo e não tem comunicação com eles, por que falam, falam e eu não entendo.

7. O ensino promovido pelo educador possibilita a sua aprendizagem?

8. Você considera necessária a presença de interprete em sala de aula? Por quê?

Sim, Por que o interprete ajuda muito e ele não está ali só pelo dinheiro, mas para esclarecer, por que na sala de aula sem interprete tem muitas dificuldades.

9. Como você gostaria que fosse realizada a prática pedagógica em sala de aula? E que tipo de prática?

Do jeito que estou aqui na escola ta bom, estou aprendendo por que entendo os sinais e vou memorizando.

10. Você acha que, da maneira como é construída, a educação escolar contribui para a sua inserção no mercado de trabalho?

Eu acho que se eu estudar muito eu posso conseguir um emprego.

11. Você tem ou já teve alguma experiência profissional? Comente um pouco sobre elas. Quais as principais dificuldades encontradas nesta(s) experiências?

Eu trabalho de servente de pedreiro, mas está muito difícil agora, uma vez ou outra é que eu consigo trabalhar.

12. Você conhece a proposta da economia solidária? Caso sim o que você entende por ES? *Conheço, sei neste tipo de organização a renda é pouca, mas para quem não tem nada esta bom.*

13. Você acredita que seria importante a economia solidaria para os surdos?

Acho importante para aprender a trabalhar e estudar em equipe para o melhor do trabalho (empreendimento).

14. Você acredita que seria interessante uma prática pedagógica a partir dos princípios da economia solidária?

Sim, por que na economia solidária um ajuda o outro, com confiança no outro.

Dados pessoais

I B

1. Como se diferencia a docência com uma turma de surdos e ouvintes na EJA?

Eu trabalho como instrutor de surdos, e trabalho para que os alunos aprendam os sinais e os pratique. Que é diferente com os ouvintes por que não precisam aprender os sinais.

2. Como os conteúdos são trabalhados na perspectiva de atender os alunos surdos e ouvintes na EJA?

Os conteúdos são os mesmos que são ensinados nas outras disciplinas, e eu faço a sinalização em libras para os alunos dos conteúdos. Pois o trabalho é realizado de forma interdisciplinar e eu faço um resumo em libras.

3. Quais são as práticas pedagógicas mais recorrentes em sala de aula para atender ambos os perfis de alunos?

Aqui na escola bilíngue eu trabalho para atender os alunos surdos a partir da perspectiva visual, onde os alunos vêem as imagens e eu vou sinalizando as imagens de casa, árvores, trabalho, empresas, confecção de roupas, entre outros objetos.

4. Você tem conhecimento da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS?

(X) Sim () Não

() Boa

() Média

() Insuficiente

5. Você sente-se motivado para aprender LIBRAS? Por quê?

Eu preciso sempre está aprendendo, pois a libras é minha língua.

6. Como é a sua comunicação com os alunos surdos?

A comunicação é boa, eu gosto de conversar e interagir com os alunos surdos

7. Como é trabalhar na EJA?

É bom, pois tem uma ajuda de um para com os outros, e eu aprendo e ensino ao mesmo tempo, é uma troca é muito bom.

8. Qual perspectiva educacional que os alunos da EJA, chegam a sala de aula?

Eles chegam alegres, e motivados para estudar, por que aprendem a partir da língua que eles sabem e compreendem.

9. Qual a importância do conhecimento da língua de sinais para a educação de jovens e adultos surdos?

É importante para a troca de informações por que só é possível através da língua de sinais.

10. Você trabalha o processo de profissionalização com os alunos?

Eu trabalho para que no futuro esses alunos possam ter uma boa leitura, aprender bem matemática, português é mais difícil, mas é possível aprender. Eles precisam aprender para se desenvolver. Eu como instrutor venho ajudando para que futuramente eles possam conseguir ter seu espaço como um bom profissional. E eles vão conseguir.

11. Você conhece a proposta da Economia solidária?

Conheço é a proposta de ajudar o outro e outro ajudar, é de todos se ajudarem. E ter a responsabilidade, compromisso e organização.

12. Você acredita que seria viável a perspectiva de economia solidária para os alunos surdos da EJA? Por quê?

Por que esse trabalho não tem diferença, preconceito, por exemplo, em um trabalho de confecção de roupas pode trabalhar homens, mulheres, de modo organizado, onde cada um tem uma função. A economia solidária também trabalha respeitando a natureza, o meio ambiente. Não pode maltratar os animais, pois já vi na televisão aqui no Brasil, a polícia ambiental prendendo homens por conta de queimadas, maus tratos a animais, corte de árvores e muitas outras coisas. E não pode é preciso que agente respeite o meio ambiente.

Dados Pessoais

C L

1. Como se diferencia a docência com uma turma de surdos e ouvintes na EJA?

A turma é composta apenas por alunos surdos, é diferente por que toda aula parte da perspectiva visual, com a língua de sinais.

2. Como os conteúdos são trabalhados na perspectiva de atender os alunos surdos e ouvintes na EJA?

Na perspectiva interdisciplinar, onde os conteúdos são ensinados com base no contexto e vivência dos alunos.

3. Quais são as práticas pedagógicas mais recorrentes em sala de aula para atender ambos os perfis de alunos?

Em uma perspectiva visual com slides, cartazes, imagens entre outros.

4. Você tem conhecimento da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS?

(X) Sim () Não

(X) Boa

() Média

() Insuficiente

5. Você sente-se motivado para aprender LIBRAS? Por quê?

Sim, por que se faz necessário esse profissional atuando nas escolas e constantemente tenho que está aprendendo.

6. Como é a sua comunicação com os alunos surdos?

É boa, por que tem interação de ambas as partes.

7. Como é trabalhar na EJA?

É trabalhar com um público diferente que busca o desenvolvimento em sua plenitude.

8. Qual perspectiva educacional que os alunos da EJA, chegam a sala de aula?

Nem sempre chegam motivados pelo fato de serem adultos e terem uma jornada de trabalho diária de 8 horas, isso torna o aprendizado um pouco lento, mas significativo para a vida.

9. Qual a importância do conhecimento da língua de sinais para a educação de jovens e adultos surdos?

Total, uma vez que a libras é a língua materna dos surdos.

10. Você trabalha o processo de profissionalização com os alunos?

Sim, através de oficinas de materiais reciclados, e através de vivências e situações cotidianas.

11. Você conhece a proposta da Economia solidária?

Conheço.

12. Você acredita que seria viável a perspectiva de economia solidária para os alunos surdos da EJA? Por quê?

Sim pelo fato de serem grupos minoritários, de terem um líder, que em conjunto lutam pelos direitos na sociedade, e que muitas vezes são negados.